



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - CAMPUS SÃO BORJA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM:
CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

São Borja, Janeiro de 2015
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIPAMPA CAMPUS DE SÃO BORJA

Reitora: Ulrika Arns

Vice-Reitor: Almir Barros da Silva Santos Neto

Pró-Reitora de Graduação: Elena Maria Billig Mello

Diretor do Campus São Borja: Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico do Campus de São Borja: Elisângela Maia Pessôa

Coordenador Administrativo do Campus São Borja: Luis André Antunes Padilha

Equipe de elaboração deste documento:

- Prof. Dra. Angela Quintanilha Gomes
- Prof. Dr. César Beras
- Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo
- Prof. Dr. Geder Luis Parzianello
- Profa. Me. Laura Regina da Silva C. M. da Fonseca
- Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
- Tiane Alves Bitencourt - Técnica em Assuntos Educacionais
- Luis Gustavo da Silva Moreira – Representante Discente
- Juliana Macedo de Lima – Bolsista PBDA
- Vinicius de Lara Ribas – Presidente do Diretório Acadêmico

Comissão do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política:

Prof.^a.Dr.^a Andréa Becker Narvaes

Prof.^a Dr.^a Adriana Hartemink Cantini

Prof.^a. Dr.^a Angela Quintanilha Gomes

Prof. Dr. Augusto Junior Clemente

Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

Prof.^a Dr.^a Claudete Robalos da Cruz

Prof. Dr. Domingos Sávio Azevedo

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua

Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani

Prof.^a Keli Krause

Prof.^a Dr.^a Lisianne Sabedra Ceolin

Prof. Me. Muriel Pinto

Prof.^a. Dr.^a Priscila Françoise Vitaca Rodrigues

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Prof.^a Dr.^a Susana Cesco

Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio

Tiago Moura – Técnico Administrativo

Joicelito Amaro Vieira – Representante discente do curso de Ciências Sociais –
Ciência Política

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	6
1.1. UNIPAMPA.....	6
1.1.1. Histórico de Criação da Unipampa.....	6
1.1.2 Concepção de universidade.....	8
1.1.3 A estrutura da UNIPAMPA.....	9
1.2 REALIDADE REGIONAL.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	155
1.4 Legislação.....	177
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	19
2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	19
2.1.1 Contextualização/Perfil do Curso.....	19
2.1.2 Objetivos.....	20
2.1.2.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	20
2.1.2.2 <i>Objetivos Específicos:.....</i>	20
2.1.3 Perfil Comum do Egresso.....	21
2.1.3.1 <i>Competências e habilidades comuns:.....</i>	21
2.1.3.2 <i>Competências e habilidades do egresso de Ciências Sociais - Ciência Política.....</i>	22
2.2 DADOS DO CURSO.....	22
2.2.1 Administração Acadêmica.....	23
2.2.2 Funcionamento.....	244
2.2.3 Formas de Ingresso.....	24
2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	26
2.3.1 Integralização Curricular.....	28
2.3.1.1 <i>Atividades complementares de graduação:.....</i>	28

2.3.1.2	<i>Trabalhos de Conclusão de Curso:</i>	344
2.3.1.3	<i>Plano de integralização da carga horária</i>	411
2.3.2	Metodologias de ensino e avaliação	411
2.3.3.	Estratégias, métodos e técnicas	444
2.3.4.	Componentes Curriculares	488
2.3.5.	Ementas	522
2.3.6.	Flexibilização curricular	1243
2.3.7.	Atendimento à legislação	1243
2.3.8.	Atendimento ao perfil do egresso	1254
3	RECURSOS	1287
3.1	CORPO DOCENTE.....	1287
3.2	INFRAESTRUTURA.....	13130
4	AVALIAÇÃO	14140
5	REFERÊNCIAS	1432
	ANEXOS	1465

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. UNIPAMPA

1.1.1. Histórico de Criação da Unipampa

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA é o resultado da reivindicação da comunidade regional. Esta demanda encontrou guarida na política, promovida pelo governo federal, de expansão e renovação das instituições federais de educação superior. A UNIPAMPA foi construída já marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se encontra, caracterizada como um extenso território eivado por críticos problemas de desenvolvimento sócio-econômico, inclusive o de acesso à educação básica e à educação superior. A implantação da Universidade, portanto, buscou contribuir para a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais e a necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade na mencionada região motivaram os dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma nova instituição federal de ensino superior para a região. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia vinte e sete de julho de dois mil e cinco, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Nesta mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade. Em 22 de novembro de 2005, o consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. Coube à UFSM implantar os *campi* localizados em São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel; à UFPeL, coube a implantação dos *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Capaçava do Sul e Santana do Livramento.

As instituições tutoras foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da instituição, a saber: no *Campus* Alegrete, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; no *Campus* Bagé, Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Letras

(Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês), Licenciatura em Matemática; no *Campus* Caçapava do Sul, Geofísica; no *Campus* Dom Pedrito, Zootecnia; no *Campus* Itaqui, Agronomia; no *Campus* Jaguarão, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol) e Pedagogia; no *Campus* Santana do Livramento, Administração; no *Campus* São Borja, Comunicação Social Habilitação em Jornalismo, Comunicação Social Habilitação em Publicidade e Propaganda e Serviço Social; no *Campus* São Gabriel, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; e no *Campus* Uruguaiana, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições tutoras realizaram concursos públicos para docentes e servidores técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Ainda em 2006, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova universidade. Para tanto, promoveram-se as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e servidores técnico-administrativos; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais e com lideranças comunitárias regionais sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640 criou a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A partir de então, a UNIPAMPA passa a existir de forma autônoma em relação às Instituições de Ensino Superior consorciadas para sua implantação. Em janeiro de 2008, foi dada posse ao primeiro reitorado, que, na condição *pro tempore*, teve como principal

responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições tutoras, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa.

1.1.2 Concepção de universidade

A UNIPAMPA, por ser uma universidade pública, garante abertura aos mais amplos setores da vida social, assumindo pautar suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária. A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade.

Na concepção de universidade da UNIPAMPA, fazer educação terá sentido quando essas premissas puderem ser concretizadas nas práticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão. Nessa direção, a Universidade não pode ser um espaço meramente reprodutor do saber acumulado pela humanidade, nem tampouco o educando pode ser tomado como um receptor passivo desse saber. Dessa forma, a Universidade precisa ter presente uma concepção contemporânea sobre o conhecimento, como se dá sua construção e como se renovam as capacidades cognitivas dos sujeitos envolvidos em seus processos de ensino e aprendizagem.

A UNIPAMPA, no desafio de ser essa universidade, entende o conhecimento como um devir e não como um processo controlável, cujo escopo pareça ser o domínio de conteúdos. Concebe que o conhecimento se faz possível por meio de um complexo de relações e práticas emancipatórias de uma educação pautada na liberdade e na autonomia dos sujeitos, na construção de sua identidade e na percepção de habilidades reflexivas que sejam efetivamente transformadoras, intervenientes e fundamentadas.

Tomada como instituição social, a Universidade deve reconhecer em tudo que realiza os seus compromissos éticos. A concepção curricular – que deve refletir escolhas e intencionalidades – traduz-se em seus projetos de ensino, suas propostas de extensão e seus temas de pesquisa, balizados por esses compromissos. Deve ser capaz de respeitar a pluralidade de seus discursos e práticas pedagógicas, a partir de amplos diálogos; adotar entendimentos comuns, como o da noção de disciplinaridade pelo paradigma da interdisciplinaridade, através do qual se reconhece que o conhecimento de um campo do saber nunca é suficiente para compreender a realidade em toda a sua complexidade.

A concepção de universidade aqui anunciada exige uma prática pedagógica que dê materialidade aos princípios balizadores do Projeto Institucional. O conhecimento passa a ser compreendido como processo e não como produto. Na sua construção, a ação pedagógica do professor passa a ser mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar como elementos constituintes da autonomia intelectual dos educandos. Assim, o discente compreendido como sujeito que vive na e pela comunidade, percebido na sua singularidade e cidadania e reconhecido em sua potencialidade transformadora.

1.1.3 A estrutura da UNIPAMPA

A Universidade, com organização *multicampi*, tem sede em Bagé e está consolidada em dez municípios, cujos *campi* atuam de forma descentralizada: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Até 2009, a UNIPAMPA teve como órgão máximo de deliberação um Conselho Provisório, formado pelos dirigentes da reitoria e das unidades acadêmicas. Por meio desse órgão foram tomadas as principais decisões relativas à implantação e ao desenvolvimento da Universidade. Em cada *campus* foram constituídos, como órgãos máximos de deliberação nesse nível, os Conselhos de Campus. Com a aprovação do Estatuto, e a implantação dos seguintes órgãos colegiados: Conselho Universitário, Conselho Curador, Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselhos de Campus.

Em 2014, a UNIPAMPA possui 10.183 alunos de graduação, 724 professores e 604 servidores técnico-administrativos. Os dez *campi* da Instituição, em 2010, ofereceram 2600 novas vagas, preenchidas segundo classificação pela nota do ENEM. Os dez *campi* da UNIPAMPA, em 2014 ofereceram 3.120 vagas pelo Sisu, distribuídas em 64 cursos de graduação, na seguinte distribuição: Estas estão divididas, conforme listagem a seguir:

Cursos de Graduação¹

Alegrete

- Ciência da Computação
- Engenharia Agrícola

¹Base destes dados: ano 2014.



- Engenharia Civil
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Mecânica
- Engenharia de Software
- Engenharia de Telecomunicações

Bagé

- Engenharia de Produção
- Engenharia de Alimentos
- Engenharia Química
- Engenharia de Computação
- Engenharia de Energias Renováveis e Ambientais
- Licenciatura em Física
- Licenciatura em Química
- Licenciatura em Matemática
- Licenciatura em Letras – Português/Espanhol
- Licenciatura em Letras – Português/Inglês
- Licenciatura em Música

Caçapava do Sul

- Engenharia Sanitária e Ambiental
- Geofísica
- Geologia
- Licenciatura em Ciências Exatas
- Curso Superior em Tecnologia em Mineração

Dom Pedrito

- Licenciatura em Ciências da Natureza
- Bacharelado em Enologia
- Zootecnia
- Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios

Itaqui

- Agronomia
- Ciência e Tecnologia Alimentar
- Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia
- Nutrição
- Licenciatura em Matemática
- Engenharia de Agrimensura

Jaguarão

- Licenciatura em Pedagogia



- Licenciatura em Letras - Português/Espanhol
- Licenciatura em História
- Curso Superior de tecnologia em Gestão de Turismo
- Produção e política cultural

Santana do Livramento

- Administração
- Ciências Econômicas
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- Relações Internacionais
- Direito

São Borja

- Ciências Sociais – Ciência Política
- Jornalismo
- Publicidade e Propaganda
- Relações Públicas com ênfase em Produção Cultural
- Serviço Social
- Licenciatura em Ciências Humanas

São Gabriel

- Biotecnologia
- Ciências Biológicas – Bacharelado
- Ciências Biológicas - Licenciatura
- Engenharia Florestal
- Gestão Ambiental

Uruguaiana

- Educação Física
- Enfermagem
- Farmácia
- Fisioterapia
- Medicina Veterinária
- Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura
- Licenciatura em Ciências da Natureza

Além dos cursos de graduação, a Universidade tem, em andamento os seguintes cursos de Especialização.

Campus de Alegrete



- Especialização em Tecnologia no Ensino de Matemática
- [Especialização em Tecnologia no Ensino de Matemática](#) – ENCERRADO
- [Especialização em Engenharia Econômica](#) – NOVO
- Especialização de Práticas em Ensino de Física (prevista para 2013)

Campus de Bagé

- Especialização em Letras e Linguagens
- Mestrado de Ensino de Ciências

Campus de Dom Pedrito

- Especialização em Produção Animal

Campus de Jaguarão

- Especialização em Culturas, Cidades e Fronteiras

Campus de Itaqui

- Especialização Interdisciplinar a Distância em Ciências Agrárias e de Alimentos (EICAA) com ênfase em: Produção Integrada Agroalimentar: Interação Alimento-Ambiente-Sociedade (PIA)

Campus de Santana do Livramento

- Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira

Campus de São Borja

- Especialização em Serviço Social e Direitos Humanos
- Especialização em Políticas Públicas
- [Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar – 2ª Edição](#)

Campus de São Gabriel

- Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade

Campus de Uruguaiana

- Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
- [Programa de Pós-graduação em Bioquímica](#)
- [Programa de Pós-graduação em Ciência Animal](#)
- [Curso de Especialização em Ciências da Saúde](#)
- [Curso de Especialização em Educação em Ciências](#)
- [Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas](#)

Na Pós-Graduação a UNIPAMPA tem 20 cursos– com 404 acadêmicos:
Mestrado: 11 cursos – 146 acadêmicos.
Doutorado: 01 curso – 17 acadêmicos.

1.2 REALIDADE REGIONAL

O município de São Borja está localizado no Oeste do Rio Grande do Sul, com uma população de 61.662 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, censo 2010, distribuídos em uma área de 3.616 Km² e densidade populacional de 19,22 hab/Km². A População urbana é de 55.139 habitantes e a rural é de 6.523 habitantes.

Limita-se ao Norte com as cidades de Garruchos e Santo Antônio das Missões (Brasil), ao Sul, faz fronteira com as cidades de Maçambará e Itaqui; à Leste com as cidades de Itacurubi e Unistalda e, a Oeste, com a cidade de Santo Tomé na Argentina (divisa demarcada pelo Rio Uruguai).

É servida de acessos pelas BRs 472; 287 e 285, estando distante 595 km da capital do Estado (Porto Alegre). Os primeiros habitantes deste território foram os indígenas, que deixaram um legado na cultura e na formação étnica. São Borja foi o primeiro dos chamados Sete Povos na segunda fase das Missões Orientais do Rio Uruguai, historicamente pertencente à região das Missões, porém geograficamente tem elementos que a identificam com outros municípios da Fronteira-Oeste.

Um levantamento estimativo revela a grande participação do setor primário na cadeia produtiva de São Borja. Destaca-se o beneficiamento de grãos de arroz, trigo e soja e, a produção de bovinos de corte.

Atividades turísticas que atualmente estão sendo desenvolvidas no município: turismo cultural; desportivo; náutico; pesca amadora; rural e ecoturismo. Já no Comércio e Porto Internacional, São Borja dispõe do primeiro Centro Unificado de Fronteira da América do Sul, tido como modelo para passos de fronteira no MERCOSUL e na Comunidade Andina das Nações. Dispõe, portanto, de toda a estrutura privada e governamental para agilizar todo e qualquer processo de importação e exportação.

Em âmbito regional, essa realidade sócio-político-cultural se vê agravada por uma realidade econômica comum a toda uma região chamada de “Metade Sul do Estado”, que, em termos econômicos, acaba significando “a metade mais pobre” do Rio Grande do Sul. Nessa região, por exemplo, o desemprego atinge 13,50% da população, a renda per capita é de US\$ 4.872,78 num contexto em que 10% da população detêm 90% da renda bruta; o analfabetismo corresponde a 12,64%, e a oportunidade de trabalho se abre para apenas 30% da população, que sofre ainda com a alta taxa de mortalidade infantil, que gira em torno de 24,81 por mil nascidos (IBGE, 2010).

A criação da Universidade Federal do Pampa significa um importante complemento no espaço educacional da metade sul do Rio Grande do Sul que vem se fortalecendo como um projeto audacioso, no sentido de estimular o desenvolvimento da região, contribuindo, assim, para a capacitação profissional, produção de conhecimento e para o desenvolvimento de uma esfera pública capaz de mediar, articular, potencializar os interesses e necessidades locais e regionais.

As condições regionais e a necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região motivaram a proposição de criação da Unipampa, abrindo um momento de retomada da discussão a respeito do futuro da região, onde as perspectivas de desenvolvimento e o papel da Universidade podem ocupar um espaço importante no cenário de debates.

De acordo com o Projeto Institucional (UNIPAMPA, 2009, p.8)

As atividades da UNIPAMPA devem estar igualmente apoiadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, que leva em conta a viabilidade das ações econômicas, com justiça social e prudência quanto à questão ambiental. Essa será a forma empregada para que, a partir da apreensão da realidade e das suas potencialidades, contribua-se para o enfrentamento dos desafios, com vistas à promoção do desenvolvimento regional.

Portanto, os diversos problemas: sociais, econômicos, culturais, ambientais, entre outros específicos da metade sul do estado gaúcho, justificam o planejamento, bem como a construção da matriz curricular do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, que se apresenta como um espaço de discussão e de ressonância sensível às urgências da realidade regional, aliadas numa perspectiva nova de atuação profissional que pode auxiliar no desenvolvimento regional.

Assim, torna-se justificado o surgimento de novos Cursos que venham a dar corpo ao Campus, fortalecendo os Cursos já existentes com o acréscimo de professores e técnico administrativos que entrem na defesa da interiorização do ensino superior. Entende-se que o Curso deva contribuir para o cumprimento do compromisso público da Universidade vinculado ao interesse coletivo, em constante diálogo com a sociedade e contato com o mundo do trabalho, alavancando o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

1.3 JUSTIFICATIVA

A UNIPAMPA tem uma estrutura composta por 10 *campi* temáticos, cada campus voltado para uma grande área do conhecimento. Isso facilita e otimiza a distribuição dos recursos humanos da universidade, pois concentra em um mesmo lugar professores pesquisadores com perfis semelhantes e diferenciados. Cada campus está localizado em uma cidade da Metade Sul do Rio Grande do Sul, mais precisamente nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste. São elas: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguaiana.

No campus de São Borja estão concentrados cursos da área de Comunicação e Ciências Sociais, contando atualmente com seis cursos de graduação: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Licenciatura em Ciências Humanas.

A Universidade Federal do Pampa foi criada pelo Governo Federal para minimizar o processo de estagnação econômica onde está inserida, pois a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A expansão da educação pública superior com a criação da Universidade Federal do Pampa, além de concretizar um antigo sonho da população, permitiu que a juventude, ávida de conhecimentos, permanecesse em sua região de origem, adquirindo conhecimentos necessários para impulsionar o progresso de sua região, formando concomitantemente mão-de-obra qualificada e aumentando a autoestima de seus habitantes. Como consequência, as novas gerações vislumbrarão opções para que se desenvolvam sociedades cultural e economicamente independentes.

A cidade de São Borja está localizada no oeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 573 km da capital Porto Alegre. A região é predominantemente agrícola e tem como

principais produtos econômicos a produção de arroz, soja e carne bovina, além de possuir o primeiro terminal aduaneiro integrado do país. Apesar de já ter ocupado um lugar de destaque na economia estadual, nos últimos anos a região vem perdendo importância econômica, fruto da pequena diversificação da sua matriz produtiva e da migração de pessoas em busca de melhores oportunidades para outras regiões do Estado.

Nesse sentido, o campus São Borja da UNIPAMPA tem um papel fundamental no aperfeiçoamento de profissionais do ensino superior, visando à formação de mão-de-obra qualificada. O curso de Ciências Sociais – Ciência Política beneficiará não só a cidade, mas também toda a metade sul do estado do Rio Grande do Sul. O curso deve contribuir para a formação qualificada dos discentes, por meio de estudos, pesquisas e implementações práticas dos conhecimentos.

Isso tem uma importância muito grande, pois demonstra que, após quatro anos de existência a UNIPAMPA apresenta condições de incrementar sua participação no processo de expansão universitária. A pesquisa é fundamental para o desenvolvimento da universidade e a sociedade espera uma resposta aos seus anseios em ver uma instituição sólida, conceituada e atuante. Essa proposta está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, o qual prevê a consolidação do processo de implantação da universidade através de ações nos eixos do ensino, da pesquisa e da extensão.

O homem é um ser eminentemente político, já que em todas as suas relações há um componente de poder e de dominação. Nas organizações, quer de direito público ou privado, essas relações se exprimem e muitas se exacerbam. Nas relações de autoridade e liderança, nas discussões administrativas e na luta por interesses, o componente político se manifesta. Dessa forma, o estudo do referencial teórico das Ciências Sociais – marcadamente da Ciência Política – é fundamental, pois fornece um aporte teórico e metodológico que permite a compreensão das questões que afetam os Estados e cujo estudo e resolução estão entre as atividades prioritárias dos governos.

A amplitude e diversidade no setor público, e as variadas e, cada vez mais, complexas inter-relações entre a sociedade civil e o sistema político, criaram novas necessidades e, conseqüentemente, o aumento da procura de profissionais capacitados para compreender e analisar a intrincada teia de organizações, tanto públicas quanto privadas, que dão forma à sociedade contemporânea.

Ainda que a Ciência Política tenha adquirido autonomia no final do século XIX, a noção de ciência objetiva só muito lentamente se desligou de preceitos morais e das crenças. Por isso, tem existido um desconhecimento generalizado e uma falsa expectativa baseada no

que ela representa. A base para essas interpretações está na compreensão de que a mesma se relacionava apenas às atividades da carreira política. Porém, isso é um grande equívoco: o trabalho do cientista político é mais do que o exercício da política; é o estudo do Estado e das outras instituições políticas, da administração pública e da ação do governo, assim como dos meios de comunicação, do comportamento e da atitude dos movimentos sociais e dos partidos políticos, bem como seus programas e processos eleitorais. É um profissional capaz de criticar injustiças sociais e propor soluções políticas para elas, além de procurar meios possíveis e propostas de ação para a consolidação do Estado igualitário e democrático que o curso de Ciências Sociais – Ciência Política da UNIPAMPA pretende formar.

1.4 Legislação

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política orienta-se pela premissa de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão para a formação de seus discentes, bem como pelas legislações que regulamentam o funcionamento de cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. No que se refere à legislação específica foram respeitadas as seguintes leis, resoluções, e pareceres:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES Nº 492/2001; Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- Parecer CNE/CES Nº 1363/2001; Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

- Resolução nº 2 de 18/06/2007 – DOU 13/06/2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Projeto Institucional da Universidade Federal do Pampa, documento criado em 2009, balizador das ações institucionais, que contempla o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Resolução nº 20, de 26 de novembro de 2010, que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição.
- Resolução Normativa 29/2011, da Universidade Federal do Pampa, que aborda todas as questões relativas aos trâmites administrativos da vida do aluno dentro da Instituição, tais como formas e condições para ingresso na Instituição, matrícula, mobilidade acadêmica, mensuração do desempenho acadêmico, concessão da láurea acadêmica, diplomação e colação de grau, licenças e afastamentos.
- Resolução CNE/CS 17, de 13 de março de 2002;
- Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007;
- Parecer 492/2001 – Homologado;
- Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Ciências Sociais – Ciência Política;
- Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa – Unipampa, de 17 de junho de 2010;
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018), aprovado pela Resolução n. 71, de 27 de fevereiro de 2014;
- Modelo de PPP da UNIPAMPA;
- Lei Federal n 6888, de 10/12/1980.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1.1 Contextualização/Perfil do Curso

CIÊNCIAS SOCIAIS (Antropologia, Sociologia e Ciência Política): de acordo com o *Dicionário de Ciências Sociais*, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, este é um conceito que sinteticamente pode ser definido como: “Um conjunto de disciplinas que tentam de forma objetiva estudar os sistemas e estruturas sociais, os processos políticos e econômicos, as interações de grupos ou indivíduos diferentes com a finalidade de fundamentar um corpus de conhecimento possível de verificação.”²

Com a construção de novas teorias acerca das “leis” que regeriam a natureza e os homens, ainda no século XVIII, quando a concepção da sociedade como um fato natural, desenvolvida por Aristóteles, emerge com todo vigor, especialmente por meio das conclusões de Montesquieu, abria-se caminho para a laicização da educação e para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Com o tempo, provou-se que essa tentativa fugiria à própria complexidade das possibilidades da ação dos indivíduos. Tanto é que atualmente não há um paradigma hegemônico nas Ciências Humanas, ou mesmo nas Ciências Sociais, como existe nas Ciências Exatas ou Biológicas. Por esse motivo, é difícil estabelecer uma bibliografia de referência única. Na verdade, cada paradigma possui sua bibliografia de referência e o campo como um todo tem avançado pelo diálogo permanente entre os diversos modelos analíticos.

Diante disso, o perfil do curso de Ciências Sociais – Ciência Política deve contemplar as seguintes premissas: a Ciência Política oferece aos seus alunos uma formação acadêmica sólida, generalista, humanística e de forma abrangente. Permitindo a compreensão da administração pública, bem como dos fenômenos sociais e políticos, capacitando-os analiticamente para gerir e avaliar as políticas públicas. Por conseguinte, os estudos são multidisciplinares, oportunizando aos egressos o desenvolvimento de planejamentos, consultorias, formação e assessoria junto a empresas públicas, organizações governamentais e não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. Essa

² FGV, 1987, p. 184.

perspectiva inclui uma formação autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional de maneira sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

2.1.2 Objetivos

2.1.2.1 Objetivo Geral:

Propiciar conhecimentos teóricos e práticos necessários ao Cientista Social com ênfase em Ciência Política, relacionando-os com as especificidades teóricas e práticas voltadas para assessoria executiva e legislativa, bem como gestão e planejamento de políticas públicas.

2.1.2.2 Objetivos Específicos:

Proporcionar o envolvimento dos estudantes em práticas de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem:

- a) Formação de um profissional com capacidade analítica e crítica de gerir, planejar e avaliar políticas públicas;
- b) Execução de análise sócio-histórica das esferas social, econômica e política;
- c) Desenvolvimento de habilidades profissionais para realizar assessorias a partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais, entre outros;
- d) Conhecimento da história do Estado, da sociedade e das políticas públicas brasileiras;
- e) Compreensão da dinâmica política na sociedade;
- f) Desenvolvimento da capacidade de reflexão do aluno e de sua competência crítica para analisar os padrões éticos e práticas vigentes no mercado de trabalho;
- g) Promoção de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para a comunidade de São Borja e da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul;
- h) Formação de conhecimentos teóricos e metodológicos no campo da Ciência Política, com ênfase nas esferas do executivo e legislativo;
- i) Investimento na formação sócio-cultural e política do aluno, com a expectativa de que este venha a aplicar os referidos conhecimentos em sua futura atividade profissional;

- j) Iniciação à pesquisa na área de Ciências Sociais – Ciência Política, contribuindo para a formação de profissionais capazes de refletir de forma crítica sobre suas práticas e empenhados na constante atualização de seus conhecimentos;
- k) Contato com a realidade social e profissional, com vistas a formar profissionais adequados às necessidades sociais e cientes do mercado de trabalho no qual serão inseridos;
- l) Estímulo à capacidade de refletir criticamente sobre a sociedade buscando sua autonomia intelectual.

2.1.3 Perfil Comum do Egresso

Especificamente a formação oferecerá:

- Compreensão da dinâmica política da sociedade;
- Domínio dos recursos necessários para a concepção, análise, avaliação e implementação de políticas públicas;
- Conhecimento da estrutura administrativa pública;
- Capacidade de estabelecer ligações entre o setor público e o setor privado;
- Competências metodológicas de formação que lhe permitirão desenvolver pesquisas qualitativas e quantitativas de natureza sócio-política no campo da avaliação da imagem corporativa, da comunicação e de campanhas políticas;
- Entendimento do municipalismo e demais estruturas governamentais;
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática política e social;
- Compromisso social;
- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- Autonomia intelectual.

2.1.3.1 Competências e habilidades comuns:

- a) Assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão de teorias;
- b) Usar tais conceitos e teorias para analisar a realidade criticamente;
- c) Posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício da profissão de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política, bem como sobre os problemas inerentes à sua atuação;



- d) Deter um significativo conjunto de conhecimentos e informações sobre a sociedade, a política e sua profissão;
- e) Dominar as linguagens habitualmente usadas nas Ciências Sociais;
- f) Refletir permanentemente sobre os limites e possibilidades de sua prática profissional;
- g) Ter capacidade para compreender os mecanismos envolvidos nos processos políticos, bem como o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade.

2.1.3.2 Competências e habilidades do egresso de Ciências Sociais - Ciência Política

- a) Ordenar as informações obtidas com o propósito de compreender e explicar as dinâmicas da sociedade;
- b) Realizar pesquisas qualitativas e quantitativas de natureza sócio-política no campo da avaliação, da imagem corporativa, da comunicação ou das campanhas políticas, com o propósito de fundamentar suas ações profissionais;
- c) Definir objetivos e estratégias metodológicas a fim de efetuar as ligações entre o setor público e o setor privado;
- d) Avaliar resultados parciais e totais e determinar, quando necessário, mudanças em planejamentos estabelecidos;
- e) Executar e orientar trabalhos de produção de campanhas políticas;
- f) Dominar linguagens e competências na articulação entre teoria, pesquisa e prática política e social;
- g) Identificar e analisar as rápidas mudanças econômicas e sociais em escala global, nacional, regional e local que influem no ambiente empresarial;
- h) Reconhecer a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos.

2.2 DADOS DO CURSO

Denominação: Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política.

Modalidade: Bacharelado

Titulação Conferida:

- Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política

Duração Mínima do Curso: 8 semestres

Carga Horária Total do Curso: 2.400 horas

Turno: noturno

Número de Vagas Oferecidas: 50

Regime Acadêmico: Anual

Unidade Acadêmica: São Borja

2.2.1 Administração Acadêmica

O perfil ideal do coordenador de curso é um professor que ministra componentes curriculares no curso de Ciências Sociais – Ciência Política. O regime de trabalho do coordenador deve ser de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação.

O coordenador deve dedicar-se de forma excelente à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho do Campus e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC.

O suporte administrativo ideal ao curso é um secretário que atenda às demandas da coordenação de curso e um técnico-administrativo ou docente responsável pelos laboratórios e salas de apoio do curso. A estrutura de decisão básica do curso é a Comissão de Curso, composta por um representante discente e pelos docentes atuantes no curso de Ciências Sociais – Ciência Política. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o responsável pela concepção e implementação do projeto pedagógico do curso e também do desenvolvimento permanente.

Podemos destacar algumas das contribuições do NDE: consolidar o perfil profissional pretendido do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades da graduação, do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas na área de conhecimento do curso, e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

2.2.2 Funcionamento

Os acadêmicos devem se matricular no mínimo, 8 créditos, ou 120 horas, por semestre. Não há um limite máximo, mas o curso é prioritariamente noturno (das 18h50min às 22h50min), com possibilidade de serem ofertados componentes curriculares de graduação aos sábados, nos turnos da manhã e/ou da tarde. Alguns componentes curriculares complementares de graduação podem ser ofertados também no período matutino (das 07h30min às 11h30min), ou vespertino (das 13h30min às 17h30min).

O Calendário Acadêmico da Universidade, conforme as Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Instrução Normativa nº 02, de 05 de março de 2009), prevê dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um. Em cada ano acadêmico é reservada uma semana letiva para a realização da Semana Acadêmica da UNIPAMPA e outra para a realização das Semanas Acadêmicas dos cursos.

A matriz curricular prevê a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso (componente curricular obrigatório). Além disso, são ofertadas 2280 horas de componentes curriculares e 120 horas de carga horária de Atividades Complementares.

2.2.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas ofertadas pelo Curso também é determinado pela Resolução nº. 29 de 28 de abril de 2010 do Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade, conforme segue:

- Processo Seletivo UNIPAMPA;
- Reopção;
- Ingresso Extravestibular (Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma);
- Transferência Compulsória (*Ex-Officio*);
- Regime Especial;
- Programa Estudante Convênio;
- Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional;
- Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional;
- Matrícula Institucional de Cortesia.

A partir de 2010, o processo seletivo que antes se dava por exame vestibular passou a utilizar os resultados do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio. A decisão de aderir a esse novo sistema de ingresso às universidades federais, proposto pelo Ministério da Educação, foi aprovada pelos membros do conselho de dirigentes e o novo modelo passou a ser aplicado para todos os 53 cursos de graduação da UNIPAMPA. A seleção dos candidatos se dá por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), proposto pelo MEC, utilizando-se as notas obtidas pelos estudantes no Enem.

Partindo de um entendimento da heterogeneidade da sociedade brasileira e dos processos sócio-históricos que levaram à marginalização de determinados segmentos populacionais, o curso de Ciências Sociais - Ciência Política propõe-se a levar adiante o debate sobre as políticas de inclusão no ensino superior. Assim, o debate sobre o embasamento teórico e a justificativa social para a implementação de quotas segundo categorias étnico-raciais (negros e índios), e de classe social perpassa o conteúdo do conjunto dos componentes curriculares.

A UNIPAMPA concebe o acesso à educação superior como um direito ampliado em comparação à clássica maneira de ingresso por vestibular, que tende a privilegiar a aferição do capital cultural e econômico dos postulantes. Assim, adota-se como proposta a reflexão, em sala de aula, sobre os termos e condições em que sua política de ingresso serve para afirmar seu posicionamento dentro da sociedade abrangente em relação à democratização do ensino superior. Ao mesmo tempo, tem-se por objetivo problematizar a equação diferença – desigualdade que tem tradicionalmente caracterizado a sociedade brasileira.

Deste modo, a seleção dos graduandos em Ciências Sociais – Ciência Política se dá através do **ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio –, forma padrão de ingresso aos cursos da UNIPAMPA. O futuro aluno se inscreve no Sistema de Seleção Unificada (SISu) e depois disto está disputando a sua vaga no curso oferecido. Anualmente, são disponibilizadas 50 vagas para o curso de Ciências Sociais – Ciência Política no período noturno. Além do futuro graduando em Ciências Sociais – Ciência Política pleitear uma vaga pelo SISu, com a nota obtida no ENEM, há outras formas de integrar-se ao curso, conforme anteriormente citado.

A **Reopção** é regulamentada pela própria UNIPAMPA e está sujeita a disponibilidade de vagas nos cursos, e é a reopção de curso pelo discente, que deve estar devidamente

matriculado em curso de graduação da UNIPAMPA. A reopção pode ser feita até duas vezes pelo discente, que arca com as matrículas e componentes curriculares de graduação cursados.

O **Reingresso** é a forma de ingresso de ex-discentes da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 2 (dois) anos. Para tal, o discente ingressante por esta modalidade deve integralizar o currículo no tempo máximo de duração previsto para o curso, totalizando-se os semestres com matrícula regular.

A **Transferência Voluntária** é a forma de ingresso de discentes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada, reconhecida conforme legislação, e que desejam transferir se para essa Universidade, dispondo-se a cumprir as regras do edital proposto pela Instituição. Esta modalidade ocorre conforme as regras específicas presente no edital do Processo Seletivo Complementar.

O **Ingresso de Portador de Diploma** é a forma de ingresso na UNIPAMPA para diplomados por Instituição de Ensino Superior do País, conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei. Para discentes que cursaram em outras IES pode ser concedido o aproveitamento de até 60% do curso pretendido na UNIPAMPA. Para diplomados pela UNIPAMPA toda carga horária cursada pode ser aproveitada pelo discente no curso pretendido.

A **Transferência Compulsória** é a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei.

2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura adotada pretende contemplar a especificidade da formação em Ciência Política e, ao mesmo tempo, proporcionar a prática interdisciplinar, tanto dentro do campo acadêmico e profissional das Ciências Sociais – Ciência Política, quanto entre esta área do conhecimento e os demais campos sociais.

Visando obter a formação pretendida, os conteúdos são agrupados em três eixos a serem cumpridos pelo aluno no decorrer do curso: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre, nos quais se dará o desdobramento dos conteúdos das diretrizes curriculares.

O *Eixo de Formação Específica* é constituído pela base do saber característico da área de atuação do cientista social – cientista político. Este eixo é composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias básicas.

O *Eixo de Formação Complementar* compreenderá as atividades acadêmicas obrigatórias e optativas. É formado por conteúdos interdisciplinares da área de Ciências Sociais – Ciência Política e das Ciências Humanas, propiciando o aprofundamento e/ou a complementação da formação profissional através da conexão entre diferentes disciplinas e áreas de conhecimento. Seus conteúdos são provenientes de componentes curriculares complementares de graduação (DCGs).

O *Eixo de Formação Livre* compreende atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no contexto da IES. Nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs), são incluídas as atividades de iniciação à pesquisa, monitorias, projetos de extensão, estágios extracurriculares, publicações, participação com apresentação em eventos (oral e/ou pôster), ou outras atividades a serem definidas a critério do Colegiado do Curso. A grade curricular básica cumpre a carga horária mínima determinada por lei.

Carga Horária a ser vencida:

1. Carga Horária Total de Componentes Curriculares de Graduação: 2.130 horas
2. Carga Horária mínima em Componentes Curriculares Complementares de Graduação: 150 horas;
3. Carga Horária mínima de Atividades Complementares: 120 horas;
4. Carga Horária total máxima a ser exigida: 2.400 horas
5. Termo Médio para Integralização Curricular: 8 semestres
6. Prazo Máximo para Integralização Curricular: 12 semestres
7. Limite Mínimo de Carga Horária Requerível por Semestre: 120 horas
8. Limite Máximo de Carga Horária Requerível por Semestre: 540 horas
9. Número de Trancamentos Parciais Possíveis: 9 t.p.
10. Número de Trancamentos Totais Possíveis: 4 t.t.

Os componentes curriculares obrigatórios somam 2.280 horas. Além destas, o aluno deve cursar, no mínimo, 120 horas de Atividades Complementares.

As atividades semipresenciais, embora não contempladas no curso, caracterizam-se, conforme a Portaria nº 4059, de 13 de dezembro de 2004, como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

2.3.1 Integralização Curricular

Para obter a integralização do currículo, com vistas à formatura, o acadêmico deve:

- Cumprir todos os componentes curriculares obrigatórios;
- Cumprir a carga horária mínima de componentes curriculares complementares de graduação;
- Apresentar Trabalho de Conclusão de Curso e obter aprovação em defesa pública.

Requisito mínimo: Componentes Curriculares Obrigatórios 2.280 horas e 120 horas de Atividades Complementares.

2.3.1.1 Atividades Complementares de Graduação:

I- DISPOSIÇÕES GERAIS

As atividades acadêmico-científico-culturais, ou atividades complementares de graduação do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política são aquelas não previstas na grade curricular do curso e cujo objetivo é o de proporcionar aos alunos a participação em experiências diversificadas que contribuam para sua formação humana e profissional.

O aluno deverá cumprir o mínimo de 120 horas de atividades acadêmico científico-culturais durante o período em que estiver matriculado na instituição, como requisito indispensável para a colação de grau. Ao validar às 120 horas destas atividades, o aluno terá os créditos correspondentes lançados no seu histórico escolar.

Os requerimentos de validação das atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação de Ciências Sociais – Ciência Política via Secretaria Acadêmica, para a análise e o registro da carga horária das atividades consideradas válidas. Deverá ser constituída uma comissão interna para essa finalidade específica. Será considerado o máximo de 60 horas num mesmo grupo de atividades (ensino, pesquisa, extensão, cultura), devendo ser contemplados,

no mínimo, dois grupos. O discente poderá realizar as atividades durante o ano letivo, as férias escolares ou o recesso acadêmico.

II - DAS ATIVIDADES

a) As atividades acadêmico-científico-culturais classificam-se em quatro (04)

grupos: Grupo 1 - Atividades de Ensino

Grupo 2 - Atividades de Pesquisa

Grupo 3 - Atividades de Extensão

Grupo 4 - Atividades Culturais

b) O aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão os seguintes critérios:

ATIVIDADES DE ENSINO

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Componentes Curriculares do ensino superior	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do componente curricular	Comprovante de Aprovação no componente curricular
Componente Curricular do ensino superior	Outras Áreas	50% da carga horária da disciplina	Comprovante de Aprovação no componente curricular
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de Aprovação
Cursos de informática	Cursos de Informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de Aprovação
Monitorias	Monitorias	Máximo de 120h	Declaração do Orientador
Projetos de ensino	Participação na Equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
Projetos de ensino	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante/ Certificado



Projetos ou	PIBIC ou	Máximo de 120h	Comprovante/
-------------	----------	----------------	--------------



Programas Institucionais de Iniciação Científica	Equivalentes		Certificado
---	--------------	--	-------------

ATIVIDADES DE PESQUISA

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em pesquisa	Projeto de pesquisa Institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do Orientador
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Nacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Internacional	80h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
Trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional	40h	Anais de publicação do trabalho
Trabalho completo publicado em evento	Evento Internacional	50h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional	20h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Internacional	30h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional	10h	Anais de publicação do Trabalho

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em projetos de extensão	Participação em projetos de extensão desenvolvidos tanto pela UNIPAMPA quanto por outras IES	Carga horária do projeto (máximo de 80h)	Declaração do coordenador do projeto



Organização e participação em eventos de extensão	Eventos acadêmicos de nível Nacional e Internacional, também podendo ser	Máximo de 30h	Declaração da comissão da organizadora do evento e certificado
---	--	---------------	--

	nas abrangências locais e regionais		
Publicação (artigos, papers, banners e apresentação oral) a nível Nacional sobre atividade de extensão.	Evento Nacional	Máximo de 20 h	Cópia do trabalho e publicação
Publicação de trabalhos (artigos, papers, banners e apresentação oral) a nível Internacional sobre atividade de extensão	Evento Internacional	Máximo de 20h	Cópia do trabalho e publicação
Apresentação de trabalhos em eventos que se referem à extensão	Eventos como seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros	Máximo de 30 h	Certificado de participação e anais

ATIVIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO

Discriminação	Categoria	Carga Horária Registrada	Documentação
Organização e/ou participação ou premiação em atividades com finalidade cultural, social e artística	Eventos Nacionais e Internacionais em todas as abrangências	Máximo de 30h	Certificado de participação
Organização e/ou campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Projeto Institucionalizado (de órgãos públicos, privados e de Organizações Não Governamentais)	Máximo de 30h	Certificado de participação
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Eventos Nacionais e Internacionais	Máximo de 20h	Certificado de premiação



Representação	Instituição ligada à	Máximo de 20h	Declaração do
---------------	----------------------	---------------	---------------

discente em órgãos colegiados	Universidade. Colegiados para fins acadêmicos		coordenador de curso
Representação discente em diretórios acadêmicos	Ligados à Universidade	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	Atividades em órgãos privados e públicos	Máximo de 20h	Declaração do orientador
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.	Estágios com atividades ligadas a órgãos públicos e privados	Máximo de 30h	Declaração do orientador

OBS.: Segundo a resolução nº 29 de abril de 2011, o discente deve cumprir um mínimo de 10% da carga horária total das ACGs em cada um dos quatro grupos, que são: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, que compõem os incisos I, II, III e IV, seguindo as diretrizes curriculares nacionais – Art. 105 da referida resolução. A comissão de curso estabeleceu o mínimo de 120 horas de carga horária total, sendo, portanto, a carga horária mínima por grupo de 3 horas e a máxima de 30 horas, para que seja alcançada a carga horária exigida.

III – DAS RESPONSABILIDADES DOS DISCENTES

- a) Caberá ao discente realizar as atividades acadêmico-científico-culturais, visando à complementação de sua formação como Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política;
- b) Caberá ao discente requerer por escrito (de acordo com modelo disponível na secretaria acadêmica), a averbação da carga horária em seu histórico escolar;
- c) O discente deverá anexar ao seu requerimento os comprovantes cabíveis, podendo a comissão responsável recusar a atividade se considerá-la em desacordo com as atividades previstas neste Regulamento;
- d) Os documentos deverão ser apresentados em duas vias - original e cópia - sendo o original devolvido imediatamente após conferência da cópia.

IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O curso de Ciências Sociais – Ciência Política poderá alterar ou complementar este regulamento, desde que estas alterações não tragam prejuízos aos discentes que já realizaram ou estão realizando atividades complementares.
- b) Atividades não previstas neste regulamento e/ou sem comprovantes poderão ser contabilizadas desde que aprovadas pela coordenação do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política.
- c) Os casos omissos serão apreciados e deliberados pela referida coordenação de curso.
- d) Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo corpo docente do curso, revogando-se as disposições em contrário.
- e) A Comissão de Curso poderá oferecer alguma modalidade a distância.

2.3.1.2 Trabalhos de Conclusão de Curso:

I - Propósitos dos componentes curriculares “Seminário de Projeto, Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II” –

1. Os componentes curriculares denominados “Seminário de Projeto”, “Seminário de TCC I e Seminário de TCC II” do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política são voltados à produção, no sexto, sétimo e oitavo semestres, de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado como um Trabalho Monográfico, igualmente relacionado às problemáticas teóricas pertinentes ao currículo vigente no curso. A matrícula e consequente aprovação do acadêmico na disciplina Seminário de Projeto é pré-requisito para a disciplina Seminário de TCC I. Para se matricular em Seminário de TCC II o aluno deverá ter cursado e obtido aprovação em Seminário de TCC I. O conjunto de disciplinas Seminário de Projeto, Seminário de TCC I e Seminário de TCC II formam a tríade de produção científica responsável pela preparação conceitual e profissional dos egressos do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política. Todo trabalho desenvolvido pelo acadêmico durante as disciplinas fundamentais à formação dos acadêmicos está necessariamente vinculado a um professor orientador, constante do quadro de professores do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política.

1.1. Considera-se Trabalho de Conclusão de Curso o Trabalho Monográfico que desenvolva uma reflexão teórica a partir de atividades de pesquisa, considerando que

sua análise e procedimentos metodológicos deverão estar organizados de forma técnica adequada às normas de produção de um trabalho científico.

1.1.1. O estudo deve exprimir uma primeira experiência de pesquisa acabada, ainda que de curta duração, representando uma reflexão metodologicamente orientada sobre um objeto formalmente delimitado. Nesse sentido, a monografia deve demonstrar a completude do caminho entre a problematização de um tema, o lançamento de hipóteses ou perguntas de partida, a construção dos dados e as reflexões críticas advindas da experiência da pesquisa. Portanto, ela deverá ser apresentada como expressão do desenvolvimento do projeto executado, tendo seus elementos textuais um mínimo de 25 laudas digitadas em espaço entrelinhas 1,5 (um e meio); margens: inferior a 3 cm, esquerda a 3 cm, superior a 2 cm e direita a 2 cm da borda da página; fonte Times New Roman; todas as páginas deverão ser numeradas no canto inferior direito 247 em números arábicos (menos folha de rosto, sumário e elementos prétextuais); as referências deverão obedecer ao sistema Autor-data; ao final do trabalho deverá ser listada a bibliografia completa, por ordem alfabética do sobrenome dos autores, além de apêndices e anexos que eventualmente sejam incluídos. A formatação deve ela respeitar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2. Os componentes curriculares denominados “Seminário de Projeto, Seminário de TCC I e Seminário de TCC II” desenvolver-se-ão de acordo com o seguinte encaminhamento:

2.1.1. O aluno elaborará um Projeto de Pesquisa, no sexto semestre, como sua proposta pessoal à atividade dos Trabalhos de Conclusão de Curso em concordância com o professor que ministra a disciplina de Seminário de Projeto;

2.1.2. A proposta de projeto deverá conter informações sobre a natureza e objetivos do mesmo, sua metodologia, técnicas e recursos necessários para a realização, bem como a sugestão do orientador no final do sexto semestre;

2.1.3. Devem constar no projeto de pesquisa os seguintes elementos: Tema, Delimitação Temática, Justificativa, Objetivos Gerais e Específicos, Formulação do Problema, Metodologia, Revisão Bibliográfica, Cronograma e Referências Bibliográficas iniciais.

2.2. Por ocasião da matrícula curricular, no sétimo semestre, o aluno deverá apresentar o projeto com a inscrição “De Acordo”, anotada pelo orientador, acompanhado de uma declaração de sua viabilidade e importância no conjunto do desenvolvimento do



Curso;

- 2.3. Faz parte do desenvolvimento dos componentes curriculares participarem das atividades programadas, tais como: seminários, encontros, simpósios.
- 2.4. O aluno deverá manter contato regular de orientação com seu orientador, o que será computado pela sua frequência e seu desempenho discente; além disso, compartilhará com os demais discentes e com o docente coordenador das disciplinas de Seminário

de TCC I e Seminário de TCC II, o processo de construção do texto para avaliar a evolução conceitual dos trabalhos.

- 2.5.** O Trabalho de Conclusão de Curso será encaminhado pelos alunos à Comissão do Curso, na data por ela fixada, em 5 (cinco) cópias, sendo que 2 (duas) delas digitalizadas(CD/DVD), após a avaliação final, a versão que incorpora as recomendações da banca serão conduzidas à Biblioteca da UNIPAMPA;
 - 2.6.** Na data apazada para avaliação de segundo bimestre, conforme o calendário escolar da UNIPAMPA, o aluno apresentará pessoalmente seu trabalho final à Banca Examinadora, submetendo-o a seu exame e avaliação.
 - 2.7.** Será estipulado um prazo pela Coordenação do curso para que sejam resolvidas todas as pendências, condicionado à entrega do diploma.
- 3.** Podem ser orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso todos os professores do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, ou que ministram aulas no curso, sejam do quadro efetivo ou dos professores substitutos da UNIPAMPA.
- 3.1.** A escolha do orientador do aluno deve ser oficializada no início do sétimo semestre.
 - 3.2.** A formalização deve acontecer a partir de formulários criados pela comissão de curso anexo a este PPC, contendo a assinatura do aluno, orientador e do coordenador do curso.
 - 3.3.** Quando da necessidade de troca de orientador, o aluno deverá preencher o formulário de solicitação, anexo a este PPC, para após ser analisada pela comissão de curso e serem tomadas as necessárias providências. A data prevista para solicitação de troca será na primeira semana de aulas, quando do começo do componente curricular de Seminário de TCC II.
 - 3.4.** O Professor poderá solicitar via formulário à comissão de curso a sua intenção de não orientar mais o referido aluno.
 - 3.5.** Recomenda-se ao corpo docente considerar uma distribuição equilibrada das orientações de TCC que será apreciada pelo colegiado do curso.
- 4.** A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso apresenta quatro dimensões, correspondentes às competências do colegiado de curso, do professor orientador, da banca examinadora e do orientando.
- 4.1.** Ao colegiado de curso de Ciências Sociais – Ciência Política, com referência aos Trabalhos de Final de Curso, compete:
 - 4.1.1.** Zelar pelas condições de desenvolvimento das atividades dos alunos e dos orientadores no desempenho dos seus projetos;

- 4.1.2. Programar e efetivar atividades que visem à melhoria e planejamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
 - 4.1.3. Propor alternativas às questões e dificuldades que venham a surgir no âmbito dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
 - 4.1.4. Elaborar o Calendário de Atividades, propondo-o à aprovação pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política;
 - 4.1.5. Avaliar pedidos de alteração de orientador ou projeto;
 - 4.1.6. Discutir e aprovar a constituição das Bancas Examinadoras;
 - 4.1.7. Encaminhar à aprovação do Colegiado do curso de Ciências Sociais – Ciência Política o “Calendário de Defesas”, proposto a partir das datas sugeridas pela coordenação de curso;
 - 4.1.8. Encaminhar à aprovação do Colegiado, igualmente, o convite a docentes de outras subunidades e de outras instituições de ensino superior para composição de bancas, promovendo também a prática interdisciplinar e o intercâmbio institucional;
 - 4.1.9. Receber os Trabalhos de Conclusão de Curso, procedendo ao seu protocolo na Secretaria do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política na data e horário apazados, fixados em até 15 dias antes da data de avaliação de segundo bimestre, segundo o calendário da UNIPAMPA, e realizando a rubrica e liberação para distribuição aos membros da Banca de Avaliação;
 - 4.1.10. Avaliar as questões pendentes a estas normas.
- 4.2. Ao Professor Orientador compete:
- 4.2.1. Orientar devidamente as atividades de pesquisa e/ou experimentação de seu orientando;
 - 4.2.2. Estabelecer parâmetros e cronograma de trabalho desenvolvido pelo aluno;
 - 4.2.3. Avaliar o desempenho do orientando na sua globalidade, lembrando-se de que o Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se num trabalho conclusivo do campo acadêmico das Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política;
 - 4.2.4. Sugerir a constituição da banca examinadora à comissão do curso;
 - 4.2.5. Presidir a Banca Examinadora no ato de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;
 - 4.2.6. Proceder ao trâmite de registro do Projeto, quando pertinente;
 - 4.2.7. Providenciar a ata de defesa do TCC;
 - 4.2.8. Entregar aos membros da banca examinadora as cópias dos TCCs;

- 4.3.** À Banca Examinadora compete:
- 4.3.1.** Avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso, aprovando, reprovando ou aprovando com recomendação de alterações, o Trabalho de Conclusão de Curso.
- 4.4.** Ao Acadêmico orientando, matriculado nos componentes curriculares referentes ao “Trabalho de Conclusão de Curso”, compete:
- 4.4.1.** Conduzir-se como produtor de conhecimento, esforçando-se pela apresentação de um processo de investigação e/ou criação autêntica e de acordo com as normas acadêmicas;
- 4.4.2.** Comparecer às atividades estabelecidas pelo colegiado de curso e atender à linha de orientação do professor orientador;
- 4.4.3.** Entregar o Trabalho de Conclusão de Curso ao coordenador de curso com parecer avaliativo do orientador, protocolando-o na data e horário aprezados;
- 4.4.4.** Comparecer regularmente aos trabalhos de orientação, conforme disciplinamento acordado com o professor orientador;
- 5.** São condições a serem consideradas no processo de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso:
- 5.1 .** A banca será composta pelo orientador e dois professores convidados;
- 5.2 .** A banca de Avaliação deverá ser composta por, pelo menos, dois docentes do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, observando a especialidade do projeto em questão.
- 6.** É facultada ao orientando a solicitação de troca de orientador numa única vez, sendo esta justificada a apreciação da Comissão de Curso. Situações que extrapolem a este critério serão avaliadas pela Comissão de Curso.

II - Organização dos Componentes Curriculares referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho inicia com o componente curricular de Seminário de Projeto, no sexto semestre do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política. O aluno, sob a orientação do docente que ministra a disciplina, desenvolve um projeto de pesquisa. No semestre subsequente, ele já com o aceite do seu orientador, desenvolverá a parte inicial do seu trabalho de conclusão de curso(revisão bibliográfica). No oitavo semestre, o componente curricular Seminário de TCC II, o aluno, sob a orientação do professor-orientador,

desenvolverá o restante do TCC. O trabalho deverá ser apresentado em forma de monografia. Durante o período de orientação, o professor-orientador acompanhará a redação de todas as partes do trabalho, cabendo ao aluno remeter regularmente seu texto ao professor-orientador, bem como comparecer aos encontros agendados.

Os alunos que não submeterem seu trabalho ao acompanhamento do professor orientador não terão o direito de defendê-lo perante a banca de avaliação. O aluno deverá construir o seu TCC com base nas normas dispostas no portal da UNIPAMPA, no endereço eletrônico <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi>.

Uma vez concluído, o trabalho será encaminhado em versão preliminar à Coordenação do Curso, em três cópias impressas (uma para cada professor membro da banca de avaliação). Após a defesa pública e feitos os ajustes necessários sugeridos pela banca, o aluno terá dez dias úteis para entregar a versão final, em duas cópias digitalizadas (CD/DVD) à coordenação para que sejam encaminhadas à biblioteca. Dessa forma, cumprir-se-ão todos os requisitos para aprovação no componente curricular.

III - Defesa pública

O trabalho será avaliado pelo professor orientador e por dois professores definidos pela Comissão de Curso em reunião específica para a composição das bancas de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso. A defesa oral do trabalho de conclusão será pública, com data, horário e local divulgados no mural do curso de Ciências Sociais – Ciência Política. As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do aluno, cabendo ao orientador apenas o papel de presidência da banca. Logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata de defesa, na qual constarão as notas atribuídas por cada avaliador e a nota final do aluno.

Cada membro da banca atribuirá nota de 0 (zero) a 7,0 (sete), para o trabalho escrito, e nota de 0 (zero) a 3,0 (três), para a defesa oral, conforme os critérios descritos abaixo, nas tabelas 1, 2 e 3. A nota final será a média das notas dos integrantes da banca.

Tabela 1	
Trabalho escrito de natureza teórico-prática	
Crítérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados)	2,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização)	2,0

estrutural e condução do trabalho)	
Relação entre teoria e prática (vinculação da análise à(s) teoria(s) apresentada(s), qualidade/profundidade da análise)	2,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho)	1,0
TOTAL	7,0

Tabela 2	
Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica	
CrITÉRIOS	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados)	3,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho)	3,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho)	1,0
TOTAL	7,0

Tabela 3	
CrITÉRIOS para avaliação da defesa oral	Valor
Relevância, clareza e coerência na apresentação do trabalho	1,5
Desempenho na arguição	1,5
TOTAL	3,0

Tabela 4	
Nota Final	Peso
Trabalho escrito	7,0
Defesa oral	3,0

IV – Reprovação

Em caso de reprovação o aluno deverá entrar com o pedido de rematrícula perante a coordenação de curso, a qual irá requerer junto à Secretaria Acadêmica a reabertura do componente curricular no semestre subsequente.

2.3.1.3 Plano de integralização da carga horária

Os requisitos mínimos para integralização de currículo com vistas à colação de grau são:

- Cumprir todos os componentes curriculares obrigatórios;
- Cumprir a carga horária mínima dos componentes curriculares complementares de graduação;
- Comprovar o cumprimento de, no mínimo, 120 horas de Atividades Complementares de Graduação, conforme as normas deste PPC (item 2.3.1.1);
- Apresentar Trabalho de Conclusão de Curso e obter aprovação em defesa pública.

Requisito mínimo: Componentes Curriculares teóricas obrigatórias 2130 horas, 120 horas de atividades complementares, e 150 horas de componentes curriculares complementares de graduação oferecidas pelo curso de Ciências Sociais – Ciência Política.

2.3.2 Metodologias de ensino e avaliação

A avaliação só tem sentido quando realizada a partir de um PPP coletivo e, enquanto mediadora do processo de ensino-aprendizagem, respeitando-se as especificidades de cada atividade pedagógica e componentes curriculares, bem como as particularidades do processo de elaboração do conhecimento dos alunos e as propostas dos docentes.

Assim, a avaliação deve ser: diagnóstica e em processo continuado; um meio para aperfeiçoar o curso, a metodologia do professor e o desempenho do aluno; parte integrante do plano do curso, da unidade e da aula, envolvendo alunos e professores no mesmo processo. A partir desses princípios, propõe-se um sistema integrado de avaliação do curso e das atividades pedagógicas de acordo com os objetivos do curso e perfil do formando, como segue:

1. Enquanto mediadora do processo ensino-aprendizagem, a avaliação das atividades acadêmicas deve permitir a articulação entre as etapas do processo pedagógico; e ser orientada pelos objetivos do curso e perfil esperado do formando, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e operacionalização de conceitos, permitindo, assim, a produção de novos conhecimentos científicos;

2. Cada instrumento de avaliação deve deixar transparente o que se pretende avaliar, as competências e habilidades a serem desenvolvidas; bem como os critérios de avaliação, que devem ser discutidos previamente com os alunos, assim como os resultados e as medidas a serem tomadas para o aperfeiçoamento do processo;

3. No final de cada atividade acadêmica, alunos e professores devem discutir e avaliar o desenvolvimento das atividades, gerando novas propostas e caminhos para superação das dificuldades;

4. O aluno deve ter o retorno das avaliações com comentários e sugestões para superação dos problemas, reorganização e reelaboração do conhecimento;

5. É importante salientar que não haverá exame final e nem dependência, sendo que o aluno deverá refazer o componente curricular (crédito) presencialmente no ano seguinte;

6. A nota para promoção nos componentes curriculares, obrigatórias e optativas, e de formação livre é 6,0 (seis) conforme estabelecido pelo Regimento Geral da UNIPAMPA;

7. O TCC – Monografia, por constituir atividade de natureza acumulativa, processual e específica da formação que está de acordo com a proposta de desenvolvimento da pesquisa, terá nota de promoção mínima igual a 6,0 (seis);

8. Tanto nas atividades presenciais quanto nas atividades semipresenciais, a organização didático-pedagógica caracterizar-se-á pelo uso de ferramenta de suportes virtuais, como no caso da plataforma MOODLE (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*). O MOODLE é um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), isto é, um sistema de gestão de aprendizagem, principalmente na modalidade de ensino a distância, para auxiliar os educadores a criar, com facilidade, cursos online de qualidade (no caso de atividades semipresenciais) ou suportar e acrescentar os cursos presenciais. É mesmo neste segundo caso que o MOODLE vem sendo usado: pela entrega do conteúdo das aulas (por exemplo, os slides em Power point), sugestões de textos online, revistas, jornais, exercícios, etc. De fato, o MOODLE poderá ser utilizado como didática complementar de auxílio geral às aulas presenciais.

A atividade didática nas aulas presenciais (principalmente de tipo expositivo-dialogadas), geralmente se caracteriza pelo uso de slides em PowerPoint, apresentação de filmes ou documentários, utilização de recursos audiovisuais, isto é, um conjunto de ferramentas que acompanha a organização da atividade didático-pedagógica. Nesse caso, o Moodle permite acessar de novo ao conteúdo das aulas, sugerir leituras complementares, criar ambientes dinâmicos e interativos (como no caso do “Fórum” ou do “chat”, ambos presentes no MOODLE), entre os alunos e entre professores e alunos.

I. Pressupostos do Processo de Ensino-Aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelos professores do curso de Ciências Sociais – Ciência Política da UNIPAMPA, com base em seu PPC, tem como preocupação central a articulação entre os objetivos e perfis de egresso pretendidos. Ou seja, na formação de profissionais que tenham capacidade para:

Desenvolver a assessoria executiva e legislativa;

Desenvolver a gestão e o planejamento de políticas públicas.

Isso pressupõe algumas características bem definidas que devem ser configuradas ao longo da realização do curso, tais como:

1. A construção de uma capacidade analítica e crítica sobre a sociedade;
2. A produção de análises sócio-históricas e políticas das esferas social, econômica e política em nível mundial, regional e local;
3. A compreensão da complexa dinâmica de funcionamento das relações sócio-políticas a partir do desenvolvimento da capacidade de ordenar informações e produzir dados relevantes quer através de pesquisas quantitativas, qualitativas ou ambas;
4. O desenvolvimento de compromisso social na produção de um conhecimento profissional e de qualidade que colabore para a afirmação da democracia e da cidadania.

Nesse sentido, busca-se dar conta da implementação de um processo pedagógico que:

- a) seja integral, logo, não fragmentado, que possibilite a comunicação entre os conteúdos de forma interdisciplinar e permita o diálogo constante entre as especificidades dos saberes em foco e as diferentes bagagens biográficas dos futuros egressos. Permitindo, assim, procedimentos metodológicos e técnicos que enfrentem diferentes graus de aprendizado e integre o ensino e a avaliação como polos interconectados de um processo global de construção do conhecimento;
- b) compreenda a dinamicidade do mundo contemporâneo, possuindo, a partir do advento da globalização cultural, econômica, política e social, padrões de realidades sociais que se encontram em permanente mudança. Isso remete à produção de conteúdos e metodologias que consigam estabelecer um processo de conhecimento contínuo, equilibrando o saber histórico e clássico (conteúdos indispensáveis para uma grade curricular), com aulas que atualizam e posicionem tal conteúdo em relação à realidade.

2.3.3. Estratégias, métodos e técnicas

Para operacionalizar essa integração e o diálogo com um conhecimento permanentemente renovado, firmam-se as seguintes estratégias:

Estratégia 1 - Afirmar um processo de ensino e aprendizado integral, interdisciplinar e crítico, por meio do estímulo à reflexão por parte do aluno e do professor sobre os temas discutidos nos componentes curriculares. Além de focar na realidade contemporânea e construir habilidades para a análise social e política.

Metodologia: interativa, a partir de aulas dialogadas, realização de mini-palestras com pessoas de fora do componente curricular, utilização de recursos digitais e midiáticos (internet, multimídia), produção de análises textuais da realidade.

Técnicas de ensino-aprendizagem: Trabalho em grupo, seminários, produções textuais, atividades de campo (pesquisas, observações).

Estratégia 2 - Reconhecer e afirmar o equilíbrio entre as especificidades da construção do saber e a bagagem biográfica dos alunos (as). Sem buscar uma padronização ou nivelamento de informações, mas sim um processo de apropriação e construção de informações necessárias para a reflexão e análise crítica que respeite os tempos e limites de cada participante.

Metodologia: atendimento individualizado e em grupo. Avaliação permanente e continuada, retomada constante dos conteúdos e avanço da carga curricular de forma progressiva.

Técnicas: exercícios para verificar o processo de compreensão, atividades de recuperação do conteúdo, acompanhamento individualizado e em grupo.

Estratégia 3 – Compreender e realizar o processo de ensino e o de avaliação como partes interconectadas de um processo geral de construção do conhecimento. Logo, tal processo deve ser diagnóstico e continuado. Diagnóstico, pois deve servir como um sensor das dificuldades do processo (compreendendo aluno e professor). De ensino e aprendizado, avaliando o processo de compreensão e a eficácia, ou não, das metodologias e técnicas utilizadas. Dessa forma, são possíveis as necessárias correções ou mudança de rumos e, neste sentido, se permite, no próprio semestre, as necessárias modificações em tempo real, como forma efetiva de não prejudicar o aluno(a). Devem-se prever atividades constantes de

recuperação de conteúdos, cuja compreensão não tenha sido satisfatória, como forma de garantir ao aluno e ao professor um crescimento do acúmulo de conhecimento de forma processual e integrada, permitindo a absorção de um conhecimento cada vez mais complexo.

Dessa forma, garante-se um processo permanente de avaliação, sistemático, que a compreende como um instrumento de qualificação do processo de ensino-aprendizagem e não como instrumento punitivo. Além disso, que não pensa o saber em bases de pura transmissão quantitativa do conhecimento. Ao contrário, ressalta-se a dimensão dialética, de um saber em permanente movimento. Assim, nosso sistema de avaliação confere a articulação de três processos:

- A avaliação como um processo conjunto e articulado, realizado de forma integrada pelos professores em diálogo constante com os alunos, ou seja, um processo democrático;
- A avaliação como um processo transparente que afirme os critérios e regras de avaliação de forma pública para toda a comunidade acadêmica;
- A avaliação que aponte para a superação das dificuldades, estabelecendo mudanças que permitam as necessárias correções de rumos, típico de uma construção de saber dialética e transformadora; e que isto seja retornado à comunidade acadêmica a partir da retroalimentação das metodologias em formas diferentes e qualitativamente superiores às metodologias substituídas.

Metodologia: diagnóstica, contínua, transparente e democrática.

Técnicas de avaliação: artigos, apresentação de seminários, realização de pesquisas (quantitativas e qualitativas), provas, produção de resenhas, realização de trabalhos em grupo e individuais.

Técnicas de recuperação de conteúdo: atendimento individualizado e em grupo, aulas especiais (com objetivo de recuperação coletiva), trabalhos substitutivos, provas substitutivas.

I. Matriz para construção de eixos

Matriz de construção dos Eixos – fonte das informações: PPC e documento base GT	
PPC	
Objetivos centrais dos eixos	Evidenciar a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade, a contextualização e a indissociabilidade entre pesquisa, ensino,

	extensão e a relação entre teoria e prática.	
Base estrutural da matriz curricular³	Eixo integrador (norteador)	Eixos curriculares – transversais e por semestre, com temática comum. Este, por sua vez, objetiva uma formação generalista, evitando fragmentações.
Perfil do egresso (base da construção temática)	Uma formação acadêmica sólida, generalista, humanística e de forma abrangente, que lhes permita compreender a administração pública, bem como os fenômenos sociais e políticos; capacitando-os analiticamente para gerir e avaliar políticas públicas. Por conseguinte, os estudos são multidisciplinares, permitindo aos egressos o desenvolvimento de planejamentos, consultorias, formação e assessoria junto a empresas públicas, organizações governamentais e não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. Esta perspectiva inclui uma formação autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional de maneira sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.	
Objetivo geral do curso	Propiciar conhecimentos teóricos e práticos necessários ao Cientista Social com ênfase em Ciência Política, relacionando-os com as especificidades teóricas e práticas voltadas para assessoria executiva e legislativa , bem como gestão e planejamento de políticas públicas .	
Eixos norteadores da matriz curricular	Assessoria executiva e legislativa	Gestão e planejamento de políticas públicas.
1º semestre		
Eixo curricular: Poder, Estado e formas de governo		

³ A matriz curricular substitui a grade curricular. Grade curricular é apenas a “soma das partes”, enquanto que matriz curricular constituiu-se na “articulação das antigas disciplinas em componentes curriculares, áreas ou módulos, em torno de eixos [...]” (ANASTASIOU, 2007, p. 56) Com isso, a matriz curricular, na perspectiva da sinergia, é maior do que a soma das partes.

Segundo Anastasiou (2010):

Eixo: reta que passa pelo centro de um objeto, que atua em rotação sobre esta reta.

Eixo curricular: elemento central, sobre o qual se definem e articulam-se conceitos, princípios, leis, quadros teórico- práticos, visando superar a forma estanque presente nas grades curriculares.

<p>Objetivo: refletir de forma transdisciplinar três temáticas básicas aos estudos sobre a sociedade e a política: as relações de poder e o Estado e as diferentes formas de governo (sistemas, regimes e etc.), a partir de suas diferentes dimensões: econômica, jurídico/constitucional, histórica, sociológica, antropológica e política. Dessa maneira, possibilitar-se-á uma visão geral e ampla do funcionamento da sociedade, das construções políticas e dos conflitos inerentes a esse processo de desenvolvimento.</p>
<p>Seminário: “Poder, Estado e Formas de Governo no Brasil: ontem, hoje e amanhã”.</p>
<p style="text-align: center;">2º semestre</p>
<p>Eixo curricular: Instituições e processos sociais</p>
<p>Objetivo: refletir de forma integrada sobre o processo de formação das instituições políticas e seu impacto nos processos sociais e, logo, na construção do entendimento sobre a realidade social, política, econômica e cultural que emerge a partir de tal processo.</p>
<p>Seminário: “Instituições e Sociedade no Brasil: ontem, hoje e amanhã”.</p>
<p style="text-align: center;">3º semestre</p>
<p>Eixo curricular: Sociedade, política e consolidação da democracia</p>
<p>Objetivo: refletir de forma geral a articulação entre a sociedade, enquanto fenômeno histórico concreto, e o processo de construção das teorias democráticas e dos governos numa realidade social em constante mutação estrutural a partir do desenvolvimento do sistema capitalista. Compreender o processo de consolidação da democracia e sua relação com o comportamento político.</p>
<p>Seminário: “Sociedade, Política e Consolidação da Democracia: ontem, hoje e amanhã”</p>
<p style="text-align: center;">4º semestre</p>
<p>Eixo Curricular: Estado democrático, gestão pública e comportamento político</p>
<p>Objetivo: estudar o processo de formação do Estado democrático em um contexto internacional, na América Latina e no Brasil. Verificando as principais relações: com os modelos de gestão pública e suas respectivas formas de governabilidade; com o surgimento e funcionamento dos partidos políticos e dos sistemas eleitorais e com o comportamento político dos indivíduos nos processos de participação política.</p>
<p>Seminário: “Estado Democrático, Gestão pública e Comportamento Político: ontem, hoje e amanhã”.</p>
<p style="text-align: center;">5º semestre</p>
<p>Eixo Curricular: Políticas públicas e cultura política</p>
<p>Objetivo: estudar o processo de formação histórica das políticas públicas em um contexto</p>

internacional e no Brasil, em seus aspectos teóricos e em seus modelos históricos. Buscando assim perceber no seu desenvolvimento a relação com as reformas de Estado, com os partidos políticos e sistemas eleitorais e com a constituição da cultura política a partir dos processos de participação e construção da cidadania na sociedade.
Seminário: “Políticas públicas e Cultura Política: ontem, hoje e amanhã”.
6º Semestre
Eixo curricular: Métodos, metodologia e sociedade
Objetivo: estudar métodos e metodologia em três aspectos: (I) no foco dos principais métodos e técnicas de construção de um TCC; (II) na discussão epistemológica das metodologias da ciência política no Brasil e; (III) nos métodos e metodologias de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Busca-se assim, perceber a relação entre métodos e metodologia e a constituição da sociedade. Estudando paralelamente a formação da elite brasileira e seu impacto nas políticas públicas e nas formas de conhecer e experimentar a realidade brasileira.
Seminário: “Métodos, Metodologia e Sociedade: ontem, hoje e amanhã”.
7º semestre
Eixo curricular: Movimentos sociais, etnia e cidadania
Objetivo: estudar o processo histórico da construção dos movimentos sociais e da cidadania no Brasil. Focando os aspectos étnicos, culturais e sociais. Além da formação do sistema de relações internacionais, verificando possíveis sinergias entre ambos.
Seminário: “Movimentos Sociais, etnia e cidadania: ontem, hoje e amanhã”.
8º semestre
Eixo Curricular: A região de fronteira, o regional e o local
Objetivo: estudar as configurações específicas de cidades localizadas em regiões de fronteira, focando seu desenvolvimento regional e local. Buscando também perceber as especificidades nas relações de poder existentes e o impacto do processo de globalização econômica política, social e cultural em andamento nessas regiões.
Seminário: “A Região de Fronteira, o Regional e o Local: ontem, hoje e amanhã”

2.3.4. Componentes Curriculares

Esse Projeto Político Pedagógico prevê o cumprimento de um total de 2.400 horas/aula distribuídas em componentes curriculares obrigatórios, DCGs e ACGs (carga-



horária conforme quadro abaixo), a serem definidas pelo Colegiado do Curso.

Tipo de atividade	Núcleo/modalidade	Horas/aula
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	Complementar	150
Atividades Complementares de Graduação	Complementar	120
Carga Horária Total		270 horas

1º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária
Introdução às Ciências Sociais	4		60
Introdução à Ciência Política	4		60
Economia Política	4		60
Estudos Constitucionais	4		60
Formação Histórica, Econômica e Política do Brasil I	4		60
		TOTAL	300

2º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária
Sociologia I	4		60
Antropologia I	4		60
Instituições Políticas Brasileiras	4		60
Pesquisa I	4		60
Teoria Política I	4		60
		TOTAL	300

3º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária
Sociologia II	4		60
Antropologia II	4		60
Formação Histórica, Econômica e Política do Brasil	4		60



II			
Pesquisa II	4		60
Teoria Política II	4		60
		TOTAL	300

4º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária
Teorias Democráticas	4		60
Pesquisa III	4		60
Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais I	4		60
Estado e Sociedade na América Latina	4		60
Gestão Pública	4		60
		TOTAL	300

5º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária
Política Comparada	4		60
Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais II	4		60
Cultura Política e Democracia	4		60
Teoria Política III	4		60
Políticas Públicas I	4		60
		TOTAL	300

6º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária
Elite Política Brasileira	4		60
Produção do Conhecimento em Ciência Política	4		60
Política Pública II	4		60
Seminário de Projeto	4		60
DCG I	2		30
DCG II	2		30
		TOTAL	300



7º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária
Relações Internacionais	4		60
Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	4		60
Movimentos Sociais	4		60
Políticas Públicas III	4		60
Seminário de TCC I	2		30
DCG III	2		30
		TOTAL	300

8º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária
Seminário de TCC II	4		60
Poder Político Local e Regional	4		60
DCG IV	2		30
DCG V	2		30
		TOTAL	180

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS: 2280 horas

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 120 horas

TOTAL GERAL: 2.400 horas

2.3.5. Ementas

1º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0047	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo do contexto histórico do surgimento da sociologia e da antropologia e o seu processo de formação e desenvolvimento, enquanto análises científicas modernas. Abordagem sociológica e antropológica de temas da sociedade contemporânea, em especial, do Brasil.</p> <p>Objetivo: Possibilitar o conhecimento acerca da formação histórica das Ciências Sociais.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – As bases do pensamento moderno</p> <p>1.1 - A busca da racionalidade como base do pensamento científico</p> <p>1.2 - O surgimento do projeto de modernidade e a transição do feudalismo ao capitalismo</p> <p>1.3 - A diferença entre ciências sociais e ciências naturais</p> <p>UNIDADE II – As bases da sociologia</p> <p>2.1 - O surgimento da sociologia</p> <p>2.2 - A formação da sociologia</p> <p>2.3 - O desenvolvimento da sociologia</p> <p>UNIDADE III – As bases da antropologia</p> <p>3.1 - O surgimento da antropologia</p> <p>3.2 - A formação da antropologia</p> <p>3.3 - O desenvolvimento da antropologia</p> <p>UNIDADE IV – Temas contemporâneos</p> <p>4.1 - A violência e as abordagens antropológicas e sociológicas</p> <p>4.2 - O desemprego e as abordagens antropológicas e sociológicas</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANDERY, Maria Amália. Para Compreender a Ciência – uma perspectiva histórica. 14. Ed.. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 19 ed.. São Paulo: Malheiros, 2006.</p> <p>DAMATTA, Roberto. Relativizando – uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.</p> <p>MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Introdução às Ciências Sociais. 2. Ed.. Campinas (SP): Papirus, 1988.</p>		

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Porto Alegre: Saraiva, 2010.

KUHN, Thomas, S. A. A Estrutura das Revoluções Científicas. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

WORTMAN, Ana. Ciência, política e sociedade: as ciências sociais e sociedade na modernidade tardia. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2006.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0001	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: A Ciência Política moderna através do estudo de categorias, conceitos e problemas básicos tais como: poder, Estado, sistemas e regimes políticos. Abordagem dos pensadores clássicos da política.</p> <p>Objetivo: compreender e desenvolver a noção de política enquanto atividade específica, examinar as categorias da área e introduzir obras dos pensadores clássicos da política.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – Ciência Política e o poder</p> <p>1.1 - Noção de política 1.2 - Poder e poder político 1.3 - Tipologias do poder: clássica e moderna 1.4 - Noção de soberania e autoridade</p> <p>UNIDADE II – Maquiavel e a política</p> <p>2.1 - Contexto histórico 2.2 - Objeto de estudo e método da política 2.3 - O Príncipe</p> <p>UNIDADE III – Estudo do Estado</p> <p>3.1 - Noção e surgimento 3.2 - Visão Contratualista: T. Hobbes, J. Locke e J.J. Rousseau 3.3 - Visão Marxista: Marx, Lênin e Gramsci</p> <p>UNIDADE IV – Sistemas de governo</p> <p>4.1 - Presidencialismo 4.2 - Parlamentarismo</p> <p>UNIDADE V – Regimes políticos</p> <p>5.1 - Autoritários 5.2 - Totalitários 5.3 – Democráticos</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARENDDT, H. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.</p> <p>_____. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.</p> <p>BOBBIO, N. Teoria Geral da Política: a filosofia e as lições dos clássicos. Michelangelo Bovero (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 2000.</p> <p>FIGUEIREDO, A.; FIGUEIREDO, M. O plebiscito e as formas de governo. São Paulo: Brasiliense, 1993.</p> <p>WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo, Cultrix: 2011.</p> <p>_____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, Editora da UNB: 2009.</p>		

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, N. Dicionário da Política. Brasília: Ed. UNB, 1986.

KLINGEMANN, H. D. A new handbook of political science. Oxford: Oxford University Press, 1996.

HOBBS, T. Leviatã. São Paulo: Nova cultural, 1988.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ROUSSEAU, J. J. O Contrato social: princípios do direito político. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WEFFORT, F. (Org.). Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, vols. 1 e 2, 2006.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0048	ECONOMIA POLÍTICA	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: A economia como ciência e a economia política, as teorias econômicas e discussões sobre as relações de poder entre Estado e mercado.</p> <p>Objetivo: Compreender as diferentes abordagens no estudo da economia política. Uso dos principais conceitos de economia política e suas aplicações. Uso crítico das ferramentas da economia política na economia contemporânea.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I - Introdução à economia política</p> <p>1.1 - Definição e perspectiva histórica</p> <p>1.2 - Importância da economia</p> <p>1.3 - Uma visão geral da economia</p> <p>1.4 - A economia como ciência</p> <p>1.5 - Conceitos básicos</p> <p>UNIDADE II - O valor econômico e a repartição da renda</p> <p>2.1 - As leis do mercado</p> <p>2.2 - A formação de preços</p> <p>2.3 - Teoria do Valor-Trabalho</p> <p>2.4 - Teoria Marginalista</p> <p>UNIDADE III - A moeda e crédito</p> <p>3.1 - Funções e características da moeda</p> <p>3.2 - Evolução histórica da moeda.</p> <p>3.3 - Crédito, banco e Estado</p> <p>UNIDADE IV - Economia do setor público</p> <p>4.1 - Estado e produção de bens públicos</p> <p>4.2 - Orçamento público</p> <p>4.3 - Receita pública (tributos) e gastos públicos</p> <p>4.4 - Determinantes da carga tributária</p> <p>UNIDADE V - Globalização econômica</p> <p>5.1 - Noções de economia internacional</p> <p>5.2 - Globalização e blocos regionais</p> <p>5.3 - As implicações da globalização</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>HUGON, P. História das doutrinas econômicas. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p>		

MARX, K.; ENGELS, F. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, sd. RAGO, D. O que é Taylorismo. São Paulo: Brasiliense, 2003.
 SINGER, P. Curso de Introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
 VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro / 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

ARRIGHU, G. O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Ed. Contraponto, 1996.
 BEHRING, E. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 2009.
 ANDERSON, Chris., A cauda longa :do mercado de massa para o mercado de nicho / Rio de Janeiro, RJ : Elsevier, 2006.
 CORREA DE LACERDA, Antonio, [et al.] , Economia brasileira / 4. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2010.
 NAPOLEONI, C., SMITH, Ricardo e MARX. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
 PIRES, M. C., Economia brasileira: da colônia ao governo Lula / São Paulo, SP: Saraiva, 2010. XVI.
 SINGER, P. Aprender Economia. São Paulo: Contexto, 2004.
 SINGER, P. Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2008.
 STIGLITZ, Joseph E., O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial / São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0033	ESTUDOS CONSTITUCIONAIS	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: As constituições brasileiras na formação do Estado e as suas mudanças como resultante das tensões sociais e políticas da sociedade.</p> <p>Objetivo: Analisar a formação das constituições brasileiras desde 1824 até 1988.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – O Estado Democrático e constituições</p> <p>1.1 - As influências da legislação portuguesa na formação da primeira constituição do Brasil</p> <p>1.2 - Ato adicional de 1831</p> <p>1.3 - A primeira constituição republicana</p> <p>UNIDADE II – As constituições republicanas</p> <p>2.1 - A constituição de 1934</p> <p>2.2 - A constituição de 1937 e o Estado Novo</p> <p>2.3 - A constituição de 1946 e a redemocratização</p> <p>UNIDADE III – O período ditatorial</p> <p>3.1 - A constituição de 1967</p> <p>3.2 - Os atos institucionais</p> <p>UNIDADE IV – A redemocratização</p> <p>4.1 - A assembleia nacional constituinte</p> <p>4.2 - A constituição de 1988</p> <p>4.3 - A reforma constitucional</p> <p>4.4 - A cidadania na constituição</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.</p> <p>CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo do caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.</p> <p>MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>OLIVER, R.; RIBENTI, M.; BRANDÃO, G: (ORGS). A constituição de 1988 na vida Brasileira. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008</p>		

Bibliografia Complementar:

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

. Curso de Direito Constitucional. 26.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

LINHARES, M. Y. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MICHILES, C., et. al. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0049	FORMAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL I	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo dos aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil. Os processos de construção histórica da independência, da formação política e econômica, bem como a queda do regime monárquico e a estruturação política da República, importante para o entendimento dos elementos formadores do estado nacional brasileiro.</p> <p>Objetivo: Compreender a herança colonial, bem como os processos de construção histórica da independência brasileira, sua formação política, a organização dos partidos políticos no período imperial, as leis de terras, a importância do manifesto republicano e o fim da monarquia, o advento da república brasileira, ou seja, como foi instalada, a emergência e crise na República Velha.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – O Brasil colônia (1500-1822)</p> <p>1.1 - Estruturação da terra 1.2 - Economia 1.3 - Política 1.4 - Sociedade 1.5 - A família real portuguesa na colônia</p> <p>UNIDADE II – Brasil Império (1822-1889)</p> <p>2.1 - O processo de independência 2.2 - A formação dos partidos políticos 2.3 - As regências 2.4 - Lei de terras 2.5 - O exército pós 1870 2.6 - A mão-de-obra 2.7 - República</p> <p>UNIDADE III – A República (1889 – 1930)</p> <p>3.1 - Fermentação político-ideológica: nacionalismo e tenentismo</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.</p> <p>_____. Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p> <p>FARIA, Sheila de Castro. A colônia brasileira: economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 2004.</p> <p>FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.</p> <p>_____. A revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Companhia das</p>		

Letras, 1997.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil. São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira. Formação e Histórias. 3ª Edição. Editora do Senac. São Paulo. 2009

Bibliografia Complementar:

BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2012.
CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano / 15. Ed. São Paulo, SP: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. São Paulo: Global, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 14. Ed. Rio de Janeiro, RJ : Graphia, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do império. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

PROUS, André. Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

2º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0050	SOCIOLOGIA I	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
Ementa: Estudo dos principais autores clássicos da sociologia.		
Objetivo: Construir conhecimento sobre as abordagens sociológicas clássicas focando no período moderno.		
Programa:		
UNIDADE I - Visão panorâmica das bases conceituais do pensamento sociológico Moderno		
1.1 - As fontes do pensamento sociológico moderno		
1.2 - A construção da problemática sociológica moderna		
UNIDADE II – A sociologia de August Comte e Émile Durkheim		
2.1 - Panorama do pensamento sociológico em Comte		
2.2 - A construção do objeto sociológico em Durkheim		
2.3 - Principais conceitos		
UNIDADE III – A sociologia de Karl Marx		
3.1 - Panorama do pensamento sociológico em Marx		
3.2 - A construção do objeto sociológico em Marx		
3.3 - Principais conceitos		
UNIDADE IV – A sociologia de Max Weber		
4.1 - Panorama do pensamento sociológico em Weber		
4.2 - A construção do objeto sociológico em Weber		
4.3 - Principais conceitos		
Bibliografia Básica:		
CASTRO, A.; DIAS, E. (org.). Introdução ao Pensamento Sociológico. São Paulo: Centauro, 2001.		
QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos. Belo Horizonte: Ed. UFMG.		
ARON, Raymond. Etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
DURKEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Claret, 2008.		
MARX, K. O Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.		
MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Claret, 2006.		
WEBER, M. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 2009.		

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0051	ANTROPOLOGIA I	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo sobre o afazer antropológico em consonância com o entendimento da cultura como o contexto dinâmico em constante diálogo com forças econômicas, políticas e sociais. propicia e condiciona tanto o desenvolvimento de subjetividades como a emergência de processos sociais.</p> <p>Objetivo: Entender o trabalho antropológico como uma forma de desvendar os processos sociais enraizados nas culturas locais e sua interpretação e apropriação por parte dos sujeitos através do método etnográfico.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – O trabalho do antropólogo</p> <p>1.1 -Etnografia. Malinowski Conceitos de observação e de observação participante. Diários de campo.</p> <p>1.2 - A escrita de um texto etnográfico e categorias de análise.</p> <p>UNIDADE II – Antropologia, sociologia, sociedade e cultura</p> <p>2.1 - Sociedades simples e sociedades complexas</p> <p>2.2 - Fato social e fato social total: Durkheim e Mauss</p> <p>2.3 - A troca e os laços sociais</p> <p>2.4 - O universo simbólico e a cultura como sistema de significados. Weber e Geertz</p> <p>2.5 - A etnografia como forma de desvendar significados</p> <p>UNIDADE III – Cultura, identidade e pertença</p> <p>3.1 Etnicidade, etnocentrismo</p> <p>3.2 As margens externas e internas da cultura.</p> <p>3.3 Grupos étnicos, identidades raciais, de gênero, religiosas.</p> <p>3.4 Cultura, identidade, essência e recriação</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru, EDUSC, 1999.</p> <p>GEERTZ, Clifford. “A interpretação das culturas”. RJ. Edições Guanabara, 1986.</p> <p>LAPLANTINE, François. “Aprender antropologia”. São Paulo. Brasiliense, 2003.</p> <p>MAUSS, Marcel. “Antropologia e Sociologia”. São Paulo, EPU/EDUSP. 1974.</p> <p>ROCHA, Everardo. “O que é o etnocentrismo?” RJ. Editora Brasiliense. 1984</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ALMEIDA, Mauro. Lewis Morgan: 140 anos dos sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana (1871-2011). Cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.</p> <p>BASTIDE, Roger. “O candomblé da Bahia”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. Revista Comunicação e Informação, v. 15, n.2, p. 149-161, 2012.</p> <p>PERIANO, Mariza. Etnocentrismo às avessas. O conceito de sociedade complexa. Revista de Ciências Sociais, v. 26, n.1, 1983.</p>		

SALES, Léa Silveira. Estruturalismo: definições, problemas. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis n. 33, p. 159-188, 2003.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0024	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo da formação das instituições políticas, seu processo histórico na organização política e na relação entre interesses sociais e instituições políticas, continuidades e mudança do processo político, enfatizando as instituições políticas no Brasil.</p> <p>Objetivo: Identificar nas instituições brasileiras os fatores de continuidade e de mudança.</p> <p>Programa: UNIDADE I – Fundamentos da política e da sociedade brasileira 1.1 - Patrimonialismo 1.2 - Coronelismo 1.3 - Estado e governo</p> <p>UNIDADE II – Instituições e sistema político: os poderes e suas inter-relações 2.1 - Presidencialismo e Parlamentarismo 2.2 - O sistema de governo no Brasil 2.2.1 - O presidencialismo brasileiro 2.2.2 - Parlamentarismo: tentativas de implantá-lo 2.3 - O poder judiciário 2.4 - O poder executivo 2.5 - O poder legislativo 2.6 - Agências reguladoras no Brasil</p> <p>UNIDADE III – A relação Estado/ sociedade 3.1 - Participação política e atores 3.2 - As elites políticas 3.3 - O sistema eleitoral brasileiro 3.4 - Os partidos políticos 3.5 - O eleitorado brasileiro: composição e grau de participação 3.6 - Os sindicatos: representação de interesses 3.7 - Os militares e a política 3.8 - Os desafios à democracia brasileira</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>AVELAR, L.; CINTRA, A. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 8. Ed. São Paulo: Malheiros, 2012.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 31 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>LIMA JÚNIOR, O. B. Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade. Rio</p>		

de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 1997.

Bibliografia Complementar:

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política. São Paulo: Globo, 2008.

BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, J. M. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORAES, Alexandre de. Presidencialismo. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0031	PESQUISA I	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Introdução às concepções de conhecimento científico, identificando suas diferentes fases na história e contribuições para o desenvolvimento da ciência na atualidade.</p> <p>Objetivo: Oportunizar através do componente curricular de Pesquisa I, uma cultura universitária que familiarize o acadêmico com a compreensão da ciência e seus instrumentos para a produção do conhecimento científico. Orientar leitura e análise de textos, elaboração de trabalhos acadêmicos, revisão de bibliografias para embasamento de trabalhos em sala de aula, relatórios, resumos e resenhas.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – O conhecimento científico</p> <p>1.1 - Das condições e implicações teóricas da pesquisa científica</p> <p>1.2 - Conhecimento científico e outras formas de conhecimento</p> <p>1.3 - Formação, consolidação e desenvolvimento do pensamento científico</p> <p>UNIDADE II – A ciência na história</p> <p>2.1 - Concepções de ciência: racionalismo, empirismo e construtivismo</p> <p>2.2 - As ciências humanas, o ideal científico e a razão instrumental</p> <p>2.3 - O mito da ciência e o caráter transitório da verdade científica</p> <p>UNIDADE III – Começando a pesquisa</p> <p>3.1 - O estudo visando pesquisa científica e trabalhos acadêmicos: formas de ler, sublinhar e resumir</p> <p>3.2 - Como recuperar as informações da leitura: importância do fichamento</p> <p>3.3 - Como proceder à pesquisa bibliográfica: fontes (biblioteca e Internet) e regras de referência bibliográfica</p> <p>UNIDADE IV - Partes constitutivas e apresentação de um projeto de pesquisa: estrutura e normas</p> <p>4.1 - A importância da teoria para definição do problema, hipóteses e objetivos. Desenho de pesquisa</p> <p>4.2 - Dados primários e secundários, amostragem e definição de variáveis</p> <p>4.3 - Técnicas de coleta e análise de dados</p> <p>4.4 - Questionário, entrevista e observação</p> <p>4.5 - Análise de dados numéricos e estruturados</p> <p>4.6 - Análise de conteúdo e análise de discurso</p> <p>4.7 - Análise dos dados não numéricos e não estruturados</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Editora Atlas, 2009.</p>		

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2009.

BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução de Magda França Lopes. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

ANDERY, M. A., et al. Para compreender a ciência. São Paulo: Garamondi, 2003.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2010.

APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012.

BELL, Judith. Projeto de Pesquisa: Guia para Pesquisadores Iniciantes em Educação, Saúde e Ciências Sociais. Artmed, 2009.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

FERRAREZI, Junior, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto a redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. TÉCNICAS DE PESQUISA: Planejamento e execução de pesquisas. Amostras e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica - A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas - 12ª Ed. ATLAS, 2014.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Vozes, 1986.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SUELY, Frágoso; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Edição: 2ª - reimpressão – 2013.

KERLINGER, F. N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento metodológico. São Paulo: EPU, 1980.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0032	TEORIA POLÍTICA I	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Evolução histórica do pensamento político. Clássicos da Ciência Política na Idade Antiga e Medieval, procurando analisar suas concepções políticas enquanto relevantes para o entendimento da Ciência Política.</p> <p>Objetivo: Analisar as concepções políticas da antiguidade e período medieval com enfoque nos cinco autores a serem estudados no sentido de compreender as interpretações que fundamentaram a sua concepção política. Autores: Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, e Santo Tomás de Aquino.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – Sócrates e Platão</p> <p>Sócrates</p> <p>1.1 - A gênese do pensamento político na Grécia Antiga – o nascimento da Teoria Política</p> <p>1.2 - A crítica de Sócrates às instituições atenienses e à sofística</p> <p>1.3 - A relação entre ética e política</p> <p>Platão</p> <p>1.4 - A relação entre teoria do conhecimento e Política</p> <p>1.5 - A reflexão pedagógico-política de Platão</p> <p>1.6 - A República e as formas de governo</p> <p>UNIDADE II – Aristóteles</p> <p>Aristóteles</p> <p>2.1 - A política como ciência autônoma</p> <p>2.2 - A origem do Estado em Aristóteles</p> <p>2.3 - As formas de governo</p> <p>UNIDADE III – Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino</p> <p>Santo Agostinho</p> <p>3.1 - A patrística</p> <p>3.2 - A relação entre Igreja e poder secular</p> <p>3.3 - A Cidade de Deus</p> <p>Santo Tomás de Aquino</p> <p>3.4 - A Escolástica</p> <p>3.5 - A influência aristotélica no pensamento de Santo Tomás de Aquino</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANDERY, M. A., et al. Para compreender a ciência. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.</p> <p>ARISTOTELES. A política. São Paulo, Martins Fontes, 2006.</p> <p>BOBBIO, N. Teoria geral da política – A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.</p> <p>FERREIRA, L. P., et al. Curso de Ciência Política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo. São Paulo: Elsevier, 2011.</p> <p>PISIER, E. História das ideias políticas. Barueri: Manole, 2004.</p>		

PLATÃO. A República. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WEFFORT, F. Os clássicos da Política – vol. 1. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia Complementar:

ADAMS, I. Cinquenta Pensadores essenciais: da Grécia antiga aos dias atuais. Rio de Janeiro: EDIFEL, 2006.

AGOSTINHO, S.T. A cidade de Deus. Petrópolis: Vozes, 1995.

AQUINO, S. T. Seleção de Textos. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988. CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 1995.

QUIRINO, C. G., et al. (Org.). Clássicos do Pensamento Político. São Paulo: EDUSP, 2004.

3º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0055	SOCIOLOGIA II	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
Ementa: Abordagem das contribuições sociológicas contemporâneas.		
Objetivo: Estudar as abordagens sociológicas contemporâneas e suas contribuições para a análise da realidade.		
Programa:		
UNIDADE I – Panorama das abordagens contemporâneas		
1.1 – Principais correntes contemporâneas		
1.2 - Novos problemas teóricos		
UNIDADE II – Pensamento funcionalista e estruturalista contemporâneo		
2.1 - O pensamento de Merton		
2.2 - O pensamento de Parsons		
UNIDADE III – Pensamento marxista contemporâneo		
3.1 - O pensamento de Althusser		
3.2 - O pensamento de Gramsci		
UNIDADE IV – Pensamento pós-estruturalista		
4.1 - O pensamento de Habermas		
4.2 - O pensamento de Giddens		
4.3 - O pensamento de Foucault		
4.4 - O pensamento de Bourdieu		
Bibliografia Básica:		
ALTHUSSER, Louis, Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.		
FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão: Petrópolis: Vozes, 2009.		
GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.		
GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.		
Bibliografia Complementar:		
ANDERSON, Chris, A cauda longa :do mercado de massa para o mercado de nicho / Rio de Janeiro, RJ : Elsevier, 2006. 240 p. :		
ANTUNES, Ricardo L. C., Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho / 11. ed. Campinas: Universidade de Campinas, 2006		

200 p.

BAUMAN, Zygmunt, *Vidas desperdiçadas* / Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECK, Ulrich, *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade* / 2. ed. São Paulo, SP : 34, 2011, 383p.

CASTELLS, Manuel, *A sociedade em rede* / São Paulo: Paz e Terra, 2009, 698 p. :

A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade / Rio de Janeiro: Zahar, 2003, 243 p. :

O poder da identidade: volume II / 6. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2008, 530 p. :

CROSS, Rob, *Redes sociais: como empresários e executivos de vanguarda as utilizam para obtenção de resultados* / São Paulo, SP: Gente, 2009. 237 p.

GOFFMAN, Erving, *A representação do eu na vida cotidiana* / 15. ed. Petrópolis : Vozes, 2008, 233 p. ;

, *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* / 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, 158 p.

GRAMSCI, Antonio, *Escritos políticos* / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 522 p.

MINICUCCI, Agostinho, *Relações humanas: psicologia das relações interpessoais* / 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. 239, p.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0057	ANTROPOLOGIA II	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo do desenvolvimento das correntes teóricas da antropologia em consonância com os contextos históricos onde ocorrem e com as formas de fazer antropologia.</p> <p>Objetivo: Desenvolver as teorias antropológicas e as formas de fazer antropologia. Concomitantemente, entender a antropologia atual e sua diversidade temática como resultado do desenvolvimento do pensamento antropológico e da interação entre agentes sociais num contexto fragmentação da realidade. Partindo dessa base, aproximar-se do trabalho antropológico.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – Panorama da antropologia contemporânea</p> <p>1.1 - Principais correntes contemporâneas 1.2 - Novos desafios para a pesquisa antropológica 1.3 - Interfaces com outras áreas</p> <p>UNIDADE II – O pensamento de Claude Lévi-Strauss</p> <p>2.1 - Panorama do contexto e obra de Lévi-Strauss 2.2 - O estruturalismo 2.3 - Principais conceitos</p> <p>UNIDADE III – O pensamento de Clifford Geertz</p> <p>3.1 - Panorama do contexto e obra de Clifford Geertz 3.2 - A perspectiva da interpretação cultural 3.3 - Principais conceitos</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BARROSO-HOFFMANN, Maria. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.</p> <p>BASTIDE, Roger. O candomblé da Bahia. O rito Nagó. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.</p> <p>CASTRO, Celso (org.) Evolucionismo cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.</p> <p>CLASTRES, Pierre, Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política / DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. Lisboa: Edições 70, 1991.</p> <p>DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulus, 2008.</p> <p>EVANS, Pritchard. Os Nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectivas, 1979.</p> <p>GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Edições Guanabara, 1986.</p> <p>KUSCHNIR, Karina, Antropologia da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>_____. O cotidiano da política. Rio de Janeiro, Zahar. 2000.</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p> <p>MEAD, Margaret. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2003.</p> <p>OLIVEN, Ruben. A antropologia dos grupos urbanos. Vozes. Petrópolis. 2007.</p>		

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

Bibliografia Complementar:

BARBOSA & PIMENTEL. O ritual de transformação e a formação de identidade travesti: da saída do lar à territorialização da rua. Disponível em www.2coninter.com.br/artigos/pdf/544. Pdf.

DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulus, 2008. ETCHEVERRY, Daniel. La construcción social del inmigrante. .Estudio antropológico comparativo de las migraciones en Porto Alegre y Buenos Aires.

MAGGIE, Ivonne. Guerra de orixá. Um estudo de ritual e conflito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. Cosas Nify. São Paulo, 2005

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0060	FORMAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL II	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Revolução de 1930. Fim do Estado Novo. Redemocratização. Os governos populistas. Os militares no poder. Abertura democrática. Consolidação da democracia.</p> <p>Objetivo: Compreender o processo político pós-1930, atentando para as transformações que ocorreram no Brasil com a ditadura de Vargas, o populismo, bem como a ditadura militar no Brasil; o período de abertura democrática e a consolidação da democracia.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – A Revolução de 1930, o Estado Novo e governos populistas</p> <p>1.1 - A Revolução de 30 e a formação do Estado Novo</p> <p>1.2 - O fim do Estado Novo</p> <p>1.3 - A constituição de 1946</p> <p>1.4 - O projeto desenvolvimentista de JK</p> <p>1.5 - Os governos populistas</p> <p>UNIDADE II – O governo de João Goulart e o golpe militar</p> <p>2.1 - As reformas de base</p> <p>2.2 - O golpe militar de 1964</p> <p>2.3 - O fim dos direitos democráticos</p> <p>2.4 - O movimento popular pela abertura democrática</p> <p>2.5 - O fim da ditadura</p> <p>UNIDADE III – A abertura política e a consolidação das instituições democráticas</p> <p>3.1 - O movimento pelas eleições diretas</p> <p>3.2 - A eleição de Tancredo Neves</p> <p>3.3 - O movimento constituinte</p> <p>3.4 - A primeira eleição direta pós-ditadura militar e o processo de <i>Impeachment</i></p> <p>UNIDADE IV – Os últimos governos brasileiros</p> <p>4.1 - O governo FHC e o neoliberalismo</p> <p>4.2 - O governo Luís Inácio da Silva</p> <p>4.3 - Políticas públicas voltadas ao social</p> <p>4.4 - A relação entre o governo e movimentos sociais</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006.</p> <p>_____. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.</p> <p>LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. 9ª ed; Rio de Janeiro: Campus, 1990</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>COLVERO, Ronaldo Bernadino; RIBAS, Vinicius de Lara. Getúlio Vargas e o Ministério</p>		

do Trabalho: a atuação de João Goulart (1953-1954). Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

FELIZARDO, Joaquim. A legalidade: último levante gaúcho. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil: Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). [et. al.] A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. I

_____. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. II

_____. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. III

_____. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. IV.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0062	PESQUISA II	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Metodologia da investigação qualitativa. Paradigmas e técnicas de pesquisa. O trabalho de campo: observação participante, estudos de caso, história oral, entrevistas. Interpretação de dados.</p> <p>Objetivo: Proporcionar os elementos metodológicos e os instrumentos de pesquisa qualitativa como suportes essenciais na elaboração de projetos de pesquisa, assim como a sua operacionalização no trabalho de campo.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – Pesquisa qualitativa</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.1 - As diferentes modalidades de pesquisa 1.2 - Critérios de cientificidade 1.3 - Instrumentos de pesquisa de campo 1.4 - Metodologias alternativas: pesquisa-participante, pesquisa-ação 1.5 - O que é pesquisa em Ciência Política 1.6 - Formas de pesquisa qualitativa <p>UNDADE II – História oral</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.1 - Fundamentos e método 2.2 - A importância da história oral 2.3 - Memória e identidade 2.4 - O ambiente social como fonte direta de dados <p>UNIDADE III - Entrevistas</p> <ol style="list-style-type: none"> 3.1 - Os diferentes tipos de entrevistas 3.2 - Formulação de questionários 3.3 - Tabulação de resultados 		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>DEMO, P. Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1985.</p> <p>_____. Pesquisa e Informação qualitativa. Aportes metodológicos. Campinas, 2012.</p> <p>DENZIN & LINCOLN. O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 15ªed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.</p> <p>FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>_____. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 2011.</p> <p>HAGUERRE, T. Metodologias qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2005.</p>		
Bibliografia Complementar:		

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

HALBAWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Manolita Correia. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. 2 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso: O princípio da pesquisa. 4 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

MICHEL, M. Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2009.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0037	TEORIA POLÍTICA II	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Evolução histórica do pensamento político. Estudar os clássicos da Ciência Política na Idade Moderna, procurando analisar suas concepções políticas enquanto relevantes para o entendimento da Ciência Política.</p>		
<p>Objetivo: Analisar as concepções políticas da modernidade com enfoque nos autores a serem estudados no sentido de compreender as interpretações que fundamentaram a sua concepção política. Com enfoque primeiramente nas ideias de Maquiavel e Thomas More. Posteriormente o enfoque será dado a autores que fundamentaram a concepção do Estado Moderno (teorias contratualistas) e ao nascimento das ideias liberais. Por fim, serão estudadas as ideias utilitaristas.</p>		
<p>Programa:</p>		
<p>UNIDADE I - Maquiavel</p>		
<p>1.1 - Contexto histórico</p>		
<p>1.2 - A concepção política de Maquiavel</p>		
<p>1.3 - O príncipe</p>		
<p>UNIDADE II – Thomas More</p>		
<p>2.1 - Contexto histórico</p>		
<p>2.2 - A “Utopia”</p>		
<p>UNIDADE III - A formação do Estado Moderno: as teorias contratualistas</p>		
<p>3.1 - Surgimento e contexto histórico. Principais autores.</p>		
<p>3.2 - Os contratualistas</p>		
<p>3.2.1 - Hobbes</p>		
<p>3.2.2 - Locke</p>		
<p>3.2.3 - Rousseau</p>		
<p>UNIDADE IV – A doutrina liberal</p>		
<p>4.1 - Surgimento e contexto histórico. Principais autores.</p>		
<p>4.2 - O liberalismo e a democracia</p>		
<p>4.2.1 - Constant</p>		
<p>4.2.2 - Tocqueville</p>		
<p>UNIDADE V - As ideias utilitaristas</p>		
<p>5.1 - A natureza como modelo de ordem social: o panóptico social e o Estado</p>		
<p>5.1.1 - Bentham</p>		
<p>5.2 - Spencer</p>		
<p>5.3 - Stuart Mill</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p>		

HOBBE, T. O cidadão. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato social: princípios do direito político. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WEFFORT, Francisco C. Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia Complementar:

ARENDDT, A. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. BENTHAM, J. O panótico. São Paulo: Autêntica, 2008.

BOBBIO, Norberto. Dicionário da Política. Brasília: Ed. UNB, 1986.

GONÇALVES, D. S. O panóptico de Jeremy Bentham: por uma leitura utilitarista. 1. ed. São Paulo: BLUCHER, 2008.

HOBBS, T. Leviatã. São Paulo: Nova cultural, 1988.

MORE, T. Utopia. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PISIER, Evelyne. História das Ideias Políticas. Barueri: Editora Manole, 2004.

RAWLS, J. O liberalismo político. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

4º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0064	TEORIAS DEMOCRÁTICAS	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo das teorias clássicas e contemporâneas de democracia, das instituições políticas democráticas e seus contextos históricos, das influências na cultura, na arte e na política. Questões acerca da legitimidade e da representação. Democracia e governos. O futuro da democracia na América Latina.</p> <p>Objetivo: Abordar conhecimentos teóricos sobre a democracia, seus dilemas e desafios.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I - Teorias Democráticas</p> <p>1.1 - Teorias democráticas clássicas: Aristóteles, Tocqueville</p> <p>1.2 - Teorias democráticas contemporâneas: Dahl, Sartori, Poulantzas, Habermas e Schumpeter</p> <p>1.3 - Abordagens minimalistas e amplas da democracia</p> <p>UNIDADE II - A Democracia na América Latina e no Brasil</p> <p>2.1 - O processo de democratização na América Latina</p> <p>2.1 - A construção da democracia no Brasil</p> <p>2.2 - Os desafios da democracia no Brasil</p> <p>UNIDADE III - Fatores de Influência no Jogo Democrático</p> <p>3.1 - Democracia e Welfare State</p> <p>3.2 - Estado, Mercado e democracia</p> <p>3.3 - Globalização e democracia</p> <p>UNIDADE IV - Instituições Políticas Democráticas</p> <p>4.1 - Modelos democráticos participativos e deliberativos</p> <p>4.2 - Instituições políticas e controle democrático</p> <p>4.3 - Sociedade civil e espaços públicos no Brasil</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CUNNINGHAM, F. Teorias da democracia – uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>O'DONNELL, G. Democracia, agência e Estado – uma teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.</p> <p>BOBBIO, N. O Futuro da Democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2009.</p> <p>HABERMAS, J. Direito e Democracia – entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2012.</p> <p>PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>KYMLICKA, W. Filosofia política contemporânea – uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>LACLAU, E. Participação e Diferença. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.</p>		

LIMA JUNIOR, O. B. Instituições políticas democráticas – O segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2008.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

RAWLS, J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0065	PESQUISA III	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo das principais teorias explicativas sobre os fatores que conformam o comportamento político nas formas de pesquisa e metodologias de coleta e análise de dados.</p> <p>Objetivo: Compreender os diferentes tipos de abordagens na análise quantitativa da cultura e participação política. Desenvolver capacidade de análise prática de dados empíricos.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I - As origens e desenvolvimento do comportamento político-eleitoral</p> <p>1.1 - Democracia e cidadania política: bases do comportamento político</p> <p>1.2 - O voto no Brasil e na perspectiva internacional</p> <p>UNIDADE II – Abordagens teóricas: explicação das motivações do voto</p> <p>2.1 - A abordagem sociológica</p> <p>2.2 - A abordagem psicológica e psicossociologia</p> <p>2.3 - A abordagem da cultura política</p> <p>2.4 - Quadro histórico brasileiro das abordagens</p> <p>UNIDADE III – Construindo uma pesquisa de sondagem eleitoral - como coletar os dados</p> <p>3.1 - Principais metodologias de pesquisa eleitoral</p> <p>3.2 - As fases de preparação – o pré-campo</p> <p>3.3 - As fases de aplicação – o campo</p> <p>UNIDADE IV – As formas de análise de uma pesquisa</p> <p>4.1 - A construção do relatório: exposição dos resultados: tabelas, gráficos e softwares – o pós-campo</p> <p>4.2 - As formas de análise</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.</p> <p>KOCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>FIELD, Andy P., Descobrimos a estatística usando o SPSS, consultoria e supervisão desta edição: Lori Viali. 2. ed. São Paulo, SP: Artmed, 2009.</p> <p>GOLBENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.</p> <p>SARTORIS, Alexandre. Estatística e introdução à econometria. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis: UFSC,</p>		

2008.

COSTA, Sérgio F. Introdução ilustrada à estatística. São Paulo: Habra, 2005.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Coleção pesquisa qualitativa. Bookman, 2009. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social /. - 6. ed. - São Paulo : Atlas,. 2008.

LAPPONI, Juan Carlos. Estatísticas usando excel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0066	PARTIDOS POLÍTICOS, SISTEMAS PARTIDÁRIOS E ELEITORAIS I	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Análise de categorias básicas da Ciência Política através do estudo dos partidos políticos, surgimento, tipologias e abordagens teóricas sobre o tema, assim como dos sistemas partidários e eleitorais.</p> <p>Objetivo: Compreender e desenvolver a noção de partido político, sistemas partidários e eleitorais a partir da visão de seus principais estudiosos e dos respectivos contextos de elaboração.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I - O estudo dos partidos políticos na Ciência Política</p> <p>1.1 - Noção de partido político 1.2 - Surgimento dos partidos 1.3 - Origem dos partidos políticos: eleitoral e parlamentar; externa 1.4 - Funções dos partidos político</p> <p>UNIDADE II - Tipologias partidárias</p> <p>2.1 - Partidos de quadros 2.2 - Partidos de massas: socialista, comunista e o fascista</p> <p>UNIDADE III - Abordagens do Fenômeno Partidário</p> <p>3.1 - Ideológica 3.2 - Organizacional 3.3 - Elitista – Robert Michels 3.4 - Visão crítica à análise tradicional dos partidos</p> <p>UNIDADE IV - Sistemas Partidários</p> <p>4.1 - Classificação Maurice Duverger: sistemas multipartidários, bipartidários e partido único 4.2 - Classificação Giovanni Sartori: sistemas competitivos e não-competitivos</p> <p>UNIDADE V - Sistemas Eleitorais</p> <p>5.1 - Representação proporcional 5.2 - Representação majoritária 5.3 - Relação entre sistemas eleitorais e partidos políticos</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Ciência Política. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.</p> <p>NICOLAU, Jairo. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.</p>		

PANEBIANCO, Ângelo. Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar:

AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (orgs.) Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2012, vol.20, no.44, p.83-95.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1997.

MARENCO, André; NOLL, Maria Izabel. Décadas de Michels: marcos contextuais e prazo de validade para a "lei de ferro". *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2012, vol.20, no.44, p.63-72.

MEZZARROBA, Orides. Partidos políticos. Curitiba: Juruá, 2010.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Abr 2012, no.7, p.349-385.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0034	ESTADO E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo do processo de formação dos Estados na América Latina, desde meados do século XIX até os dias atuais, analisando sua relação com diversos aspectos que formam parte de um arcabouço teórico e metodológico sobre a sociedade, a política e a formação identitária latino-americana.</p> <p>Objetivo: Analisar os processos de independência na América Latina, buscando compreender e interpretar os fatores sociais, políticos e econômicos do século XX e XXI.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – O estudo dos partidos políticos na Ciência Política</p> <p>1.1 - Formação</p> <p>1.2 - Independências das ex-colônias espanholas</p> <p>1.3 - Independência do Brasil</p> <p>UNIDADE II – Estados – nação.</p> <p>2.1 - A questão da nacionalidade</p> <p>2.2 - Projetos e discussões sobre a identidade</p> <p>2.3 - Sociedade, cidadania e participação política</p> <p>UNIDADE III – Política e Sociedade</p> <p>3.1 - Liberalismo x conservadorismo</p> <p>3.2 - A Democracia e o autoritarismo</p> <p>3.3 - O Estado e a questão social: aspectos da inclusão/exclusão de grupos sociais</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 4.ed. São Paulo: Globo, 2008.</p> <p>BAQUERO, Marcello. A vulnerabilidade dos Partidos Políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2000.</p> <p>_____. Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas. Porto Alegre: UFRGS, 2007.</p> <p>BOBBIO, N. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2009.</p> <p>_____. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2010.</p> <p>CARDOSO, Fernando Henrique. Lembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010 195p.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização. Processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Cia. das Letras</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ARAÚJO, Silva Maria de. Sociologia: um olhar crítico. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013.</p>		

BATISTA, Cristiane. Partidos políticos, ideologia e política social na América Latina: 1980-1999. DADOS, vol.51 n.3, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582008000300004>

FERREIRINHA, Isabel Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. Revista de Administração Pública, vol. 44, n.2, Rio de Janeiro, Mar./Apr. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>

MALAMUD, Andrés. Fragmentação e divergência na América Latina. Relações Internacionais, dezembro: 2009. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n24/n24a08.pdf>

PRADO, Maria Ligia Coelho. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. História, vol. 22, n.2, São Paulo, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a02v22n2.pdf>

SÁEZ, Manuel Alcântara; FREINDENBERG, Flávia. Partidos políticos na América Latina. OPINIÃO PÚBLICA, vol. 7, n. 2, Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v8n2/14876.pdf>

WASSERMAN, Cláudia. A questão nacional na América Latina: o árduo caminho da atitude comparativa. História, Ciências, Saúde, v.18, n.1– Manguinhos, Rio de Janeiro, jan.-mar. 2011, p.248-252. Disponível

em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n1/15.pdf>

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0070	GESTÃO PÚBLICA	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudar a gênese da gestão pública a partir da formação do Estado Nacional e sua relação com a governabilidade e a relação com a sociedade. Compreender os principais modelos de gestão pública contemporâneos focando as experiências de gestão local no Brasil.</p> <p>Objetivo: Compreender os diferentes tipos e ferramentas da gestão pública e seus efeitos. Desenvolver a capacidade de análise crítica dos diversos tipos de avaliação, indicadores econômicos e de gestão. Compreender os principais modelos de gestão pública contemporâneos focando as experiências de gestão local e participativa no Brasil.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – A Formação do Estado Moderno e as formas de gestão pública</p> <p>1.1 - O que é gestão pública</p> <p>1.2 - Gênese do Estado Moderno e relação entre público e privado</p> <p>1.3 - Estado, governo, democracia e gestão pública</p> <p>UNIDADE II – Análise dos principais modelos de gestão</p> <p>2.1 - O modelo liberal</p> <p>2.2 - O modelo republicano</p> <p>2.3 - O modelo do Welfare State</p> <p>2.4 - O modelo socialista</p> <p>2.5 - O modelo neo-liberal</p> <p>UNIDADE III – Os modelos de gestão pública no Brasil</p> <p>3.1 - A gênese do Estado Nacional e o processo de urbanização</p> <p>3.2 - As formas de gestão pública no Brasil: centralização e descentralização</p> <p>3.3 - O processo de Reforma do Estado</p> <p>3.4 - As experiências de gestão local participativas</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (Org.). Burocracia e política no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.</p> <p>BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: ENAP, 1998.</p> <p>NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 3ºed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 25.ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>		

Bibliografia Complementar:

MADEIRA, José Pinheiro. Administração pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NOVAES, A. (Org.). A crise do Estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOARES, A. S.; CACCIA-BAVA, S. (Org.). Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTIN, Cláudia. Administração pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2013.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.



5º SEMESTRE

s. São

FGV,

desafios no

considerado.

A América



O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática e política comparada. Dados vol.42 n.4 Rio de Janeiro
1999

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000400001>

SANTOS, André Marengo dos. Quando comparamos para explicar: desenhos de pesquisa e sequênc
investigação de instituições políticas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2012, vol.27, no.80,
p. 203-217.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0039	PARTIDOS POLÍTICOS, SISTEMAS PARTIDÁRIOS E ELEITORAIS II	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo das configurações históricas dos partidos políticos, sistemas partidários e eleitorais no processo histórico brasileiro.</p> <p>Objetivo: Identificar as formações partidárias no Brasil ao longo da história.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I - Primeiras formações partidárias no Brasil</p> <p>1.1 - Primeiros partidos: período monárquico</p> <p>1.2 - República e partidos estaduais</p> <p>1.3 - Forças políticas nos anos 30</p> <p>UNIDADE II - Democracia populista 1945 - 1964</p> <p>2.1 - Multipartidarismo</p> <p>2.2 - Principais partidos políticos: PSD, PTB e UDN</p> <p>UNIDADE III - Período de 1965 a 1979 - Ditadura Militar</p> <p>3.1 - Sistema bipartidário: Arena e MDB</p> <p>3.2 - Reforma partidária – 1979</p> <p>UNIDADE IV – Pluripartidarismo na redemocratização</p> <p>4.1 - Realinhamento de forças partidárias</p> <p>4.2 - Novos partidos políticos</p> <p>4.3 - Sistema partidário brasileiro: discussões novas e recorrentes</p> <p>4.4 - Relação entre o sistema eleitoral e sistema partidário no Brasil</p> <p>UNIDADE V - Partidos políticos na América Latina</p> <p>5.1 - Trajetória histórica</p> <p>5.2 - Panorama atual</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.</p> <p>BAQUERO, M. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2000.</p> <p>LIMA JUNIOR, O. B. de. Democracia e instituições políticas no Brasil. São Paulo: Loyola, 1993.</p> <p>MAINWARING, S. et al. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo. São Paulo: Paz & Terra, 2000.</p> <p>MENEGUELLO, R. Partidos e governos no Brasil contemporâneo, 1985-1997. São Paulo: Paz & Terra, 1998.</p> <p>MEZZAROBBA, O. Partidos políticos – princípios e garantias constitucionais. Lei 9.096/95 – Anotações Jurisprudenciais. Curitiba: Juruá, 2010.</p> <p>SOUZA, M. do C. C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.</p>		

Bibliografia Complementar:

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro.

Revista Dados, 1988.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. Competição e profissionalização política: as eleições para deputado federal no Brasil em 2010. **8o. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, p. 1-17, 2012.

DELGADO, L. de A. N. PTB: de Getúlio ao reformismo. (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

FIQUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999

KINZO, M. D. Oposição e autoritarismo: gêneses e trajetória do MDB, 1966-1979. São Paulo: Vértice, 1988.

KINZO, Maria D.'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2005.

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: O caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

SKIDMORE, T. E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, Luciana Fernandes. O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 400-425, 2011.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0054	CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo das formas de relação entre cultura e democracia focando o seu desenvolvimento histórico e teórico. Construção de um panorama teórico geral das principais abordagens: cultura cívica, comportamentalismo, cultura política e capital social. A relação entre cultura e os processo de democratização na América Latina e no Mundo.</p> <p>Objetivo: Compreender os diferentes tipos de abordagens na análise sociológica da cultura e da participação política (tanto no caso brasileiro como em outros casos). Desenvolver capacidade de análise crítica dos estudos empíricos. Comparar e criticar os métodos de análise quantitativa e qualitativa.</p> <p>Programa: UNIDADE I – O que é cultura e democracia e quais as possibilidades relacionais</p> <p>UNIDADE II – O comportamentalismo</p> <p>UNIDADE III – A cultura cívica</p> <p>UNIDADE IV – A cultura política</p> <p>UNIDADE V – O capital social</p> <p>UNIDADE VI – A democratização da América latina e as abordagens teóricas</p> <p>UNIDADE VII – A democratização do Brasil e as abordagens teóricas</p>		
<p>Bibliografia Básica: GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2008. LIMA JR, O. B. Instituições políticas democráticas. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. MELUCCI, A. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2011. SANTOS, B. S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p>		

Bibliografia Complementar:

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. Dados, vol. 48, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a01v48n2.pdf>

FERES JÚNIOR, J. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. Revista de Sociologia e Política, Curitiba – PR, v. 15, p. 97-110, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a07n15.pdf>

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. RBCS, vol. 20, n.57. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v20n57/a05v2057.pdf>

KOERNER, A. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 53, Oct. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300009

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. Dados, vol. 48, n. 4. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/Processo_Orcamentario_e_Comportamento_Legislativo.pdf

OST, S.; FLEURY, S. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. Dados, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n3/06.pdf>

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a12v19n39.pdf>

VILLA, R. D.; TOSTES, A. P. B. Democracia cosmopolita versus política internacional. Lua Nova, n. 66. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n66/29085.pdf>

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0056	TEORIA POLÍTICA III	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: O estudo de modelos teóricos baseados nas instituições e na cultura política voltados para identificar problemas decorrentes da formação de preferências, adesão a regras e instituições, processos de delegação, condições de estabilidade e mudança institucional.</p> <p>Objetivo: Fornecer os aspectos teóricos da Teoria Política por meio de uma visão histórica e linear.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – O Institucionalismo e o Neo-institucionalismo</p> <p>1.1 - O conceito de instituição e sua evolução 1.2 - Institucionalismo histórico 1.3 - Institucionalismo da escolha racional 1.4 - Institucionalismo sociológico 1.5 - Principais autores</p> <p>UNIDADE II – A cultura política:</p> <p>2.1 - A psicologia social e o comportamentalismo 2.2 - O conceito de cultura política e sua evolução 2.3 - A cultura cívica 2.4 - Os conceitos de capital social e sua aplicação 2.5 - Cultura política e instituições 2.6 - Cultura política e capital social no Brasil</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BOBBIO, N. Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. A cultura importa: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002. LIPJHART, A. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua nova: revista de cultura e política, n. 58, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452003000100010&script=sci_arttext LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, v. 37, 1994. Disponível em:</p>		

[http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/O Novo Institucionalismo e os_Es todos Legislativos.pdf](http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/O_Novo_Institucionalismo_e_os_Es_todos_Legislativos.pdf)

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000300005&script=sci_arttext&tlng=pt

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Democracia em duas dimensões: cultura e instituições. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, set/dez, 2009, páginas 863-880. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/10.pdf>

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem a nos ensinar. *Revista Sociologia Política*, v. 15, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a07n15.pdf>

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0058	POLÍTICAS PÚBLICAS I	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo das principais correntes teóricas sobre políticas públicas no mundo e no Brasil. Estudo dos principais modelos de políticas públicas (welfare state e neoliberal), e a análise das políticas públicas no Brasil: o Estado, a constituição, o processo de reforma do Estado, os processos de formulação e execução e das políticas sociais, as formas de efetivação da cidadania e controle social.</p> <p>Objetivo: Compreender os diferentes tipos de políticas públicas e seus efeitos. Desenvolver a capacidade de análise crítica dos diversos tipos de políticas públicas, indicadores sociais e econômicos.</p> <p>Programa: UNIDADE I - O que são políticas públicas - suas diferentes concepções teóricas (abordagens pragmáticas, funcionalistas e estruturais)</p> <p>UNIDADE II -Análise dos principais modelos globais - (welfare state, neoliberalismo)</p> <p>UNIDADE III - Estado, constituição, reforma do Estado e políticas públicas no Brasil</p> <p>UNIDADE IV - Análise das políticas públicas brasileiras e de seus impactos na sociedade (educação, saúde, seguridade social, emprego e geração de renda e segurança)</p> <p>UNIDADE V - Cidadania, controle social e políticas públicas.</p>		
<p>Bibliografia Básica: DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010. SOUZA, Celina Maria de; NETO, Paulo Fábio Dantas. Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.</p>		
<p>Bibliografia Complementar: AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (orgs.) Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004. FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, n. 21, 2009.</p>		

<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>

E-book

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Orgs.). Políticas públicas, Brasília: ENAP, v. 1, p. 21-42, 2006.

http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=285

[7](#)

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. vol. 8, n. 16, pp. 20-45, 2006.

WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. Editora Ática, 2006.

6º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0060	ELITE POLÍTICA BRASILEIRA	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Análise da formação da elite política brasileira a partir de suas raízes coloniais, passando pelas sensíveis alterações do período pós-independência e da consolidação do sistema republicano, chegando até o tempo presente. Estudo dos principais atributos e dos padrões de recrutamento, verificando em que medida tais características se relacionam com o comportamento político dos agentes.</p> <p>Objetivo: Analisar o processo de formação e constituição da elite política brasileira, a partir da colônia e os seus atributos e padrões de recrutamento político.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – A formação das elites: o caso português</p> <p>UNIDADE II – As elites políticas no pré-independência</p> <p>UNIDADE III – O poder no império: os barões e a política oligárquica</p> <p>UNIDADE IV – A República e suas alterações na elite dirigente</p> <p>UNIDADE V – Visões da elite brasileira no início do século XX</p> <p>UNIDADE VI – A elite e a ditadura</p> <p>UNIDADE VII – A redemocratização: reaprender a conquistar o povo</p> <p>UNIDADE VIII – Elites políticas atuais: modelos e projetos</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.</p> <p>AVRITZER, Leonardo. Corrupção e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.</p>		

SINGER, André. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. Edusp, 1999.

Bibliografia Complementar:

AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (orgs.) Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

BOBBIO, N. Dicionário da Política. Brasília: Ed. UNB, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. Instituições políticas brasileiras. Rio de Janeiro: EDUFF; Belo Horizonte: Itatiaia. vol. II, p. 103-164, 1987.

WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. Editora Ática, 2006.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0036	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Questões epistemológicas e metodológicas relativas à produção na Ciência Política brasileira.</p> <p>Objetivo: Analisar as questões metodológicas da Ciência Política através da discussão dos trabalhos publicados recentemente nas principais revistas científicas na área no Brasil.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – Instituições políticas</p> <p>1.1 - Artigos</p> <p>1.2 - Estrutura dos artigos</p> <p>1.3 - Correntes metodológicas as quais os artigos se filiam</p> <p>UNIDADE II – Políticas públicas</p> <p>2.1 - Artigos</p> <p>2.2 - Estrutura dos artigos</p> <p>2.3 - Correntes metodológicas as quais os artigos se filiam</p> <p>UNIDADE III – Teoria política</p> <p>3.1 - Artigos</p> <p>3.2 - Estrutura dos artigos</p> <p>3.3 - Correntes metodológicas as quais os artigos se filiam</p> <p>UNIDADE IV – Partidos políticos</p> <p>4.1 - Artigos</p> <p>4.2 - Estrutura dos artigos</p> <p>4.3 - Correntes metodológicas as quais os artigos se filiam</p> <p>UNIDADE V – Eleições e comportamento eleitoral</p> <p>5.1 - Artigos</p> <p>5.2 - Estrutura dos artigos</p> <p>5.3 - Correntes metodológicas as quais os artigos se filiam</p> <p>UNIDADE VI – Participação política</p> <p>6.1 - Artigos</p> <p>6.2 - Estrutura dos artigos</p> <p>6.3 - Correntes metodológicas as quais os artigos se filiam</p> <p>UNIDADE VII – Relações internacionais</p> <p>7.1 - Artigos</p> <p>7.2. Estrutura dos artigos</p> <p>7.3. Correntes metodológicas as quais os artigos se filiam</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BACHELARD, G. O primeiro obstáculo: a experiência primeira. In: A formação do</p>		

espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GIDDENS, A. “Comte, Popper e o positivismo”. In: Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998.

SANTOS, B. de S. O paradigma emergente. In: A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

FARIA, C. F. Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria deliberativa. Lua Nova [online]. 2012, n.87, pp. 63-81.

AMADEO, J. Teoria Política: um balanço provisório. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200003

AMARAL, E. F. de L.; MONTEIRO, V. do P. Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). Dados, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n3/03.pdf>

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. Dados, vol. 50, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>

BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. Dados, vol. 48, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a01v48n2.pdf>

FERES JÚNIOR, J. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. Revista de Sociologia e Política, Curitiba – PR, v. 15, p. 97-110, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a07n15.pdf>

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. RBCS, vol. 20, n.57. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsoc/v20n57/a05v2057.pdf>

KOERNER, A. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 53, Oct. 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300009

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. Dados, vol. 48, n. 4.

Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/Processo_Orcamentario_e_Comportamento_Legislativo.pdf

OST, S.; FLEURY, S. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. Dados, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n3/06.pdf>

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a12v19n39.pdf>

VILLA, R. D.; TOSTES, A. P. B. Democracia cosmopolita versus política internacional. Lua Nova, n. 66. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n66/29085.pdf>

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0061	POLÍTICAS PÚBLICAS II	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo do ciclo de formulação e implementação de políticas públicas focando os principais tipos e condições normativas (regras e objetivos), como formular, implementar e avaliar uma política pública.</p> <p>Objetivo: Propiciar conhecimento teórico para a compreensão do processo de formulação e implementação de políticas públicas e de seus impactos.</p> <p>Programa:</p> <p>Unidade I – Formulação de política pública</p> <p>1.1 - Os diferentes tipos de políticas públicas</p> <p>1.2 - Política pública como fenômeno social</p> <p>1.3 - Modelos de formulação de política pública</p> <p>Unidade II – Processo de implementação de política pública</p> <p>2.1 - Ciclo político da política pública</p> <p>2.2 - Estado e política pública</p> <p>2.3 - Sociedade civil e política pública</p> <p>2.4 - Movimentos sociais e política pública</p> <p>Unidade III – Avaliação de política pública</p> <p>3.1 - Teorias sobre avaliação de política pública</p> <p>3.2 - Metodologia de avaliação de política pública</p> <p>3.3 - Técnicas de avaliação de política pública</p> <p>Unidade IV – Desafios das políticas públicas no Brasil</p> <p>4.1 - Política pública de trabalho e renda</p> <p>4.2 - Política pública para a saúde</p> <p>4.3 - Política pública para grupos minoritários</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>LOUREIRO, Maria Rita Garcia; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia. Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI. FGV Editora, 2010.</p> <p>SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>FUKS, M. Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, p. 79-94, 2000.</p> <p>SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). Políticas Públicas; coletânea. Brasília: ENAP,</p>		

em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=856

Nunes, Edson. O quarto poder: gênese, contexto e controle das agências regulatórias. In: Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos, Brasília, DF, Brasil, 2001.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas: NEPP: Unicamp, 2000. (Caderno, 48).

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0063	SEMINÁRIO DE PROJETO	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo das metodologias de construção de projetos de pesquisa e de trabalhos científicos com o objetivo de definição do desenho inicial do projeto de TCC. Serão abordadas as principais etapas de pesquisa: suas formas de planejamento e estruturação; e a elaboração do trabalho científico e seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.</p> <p>Objetivo: Propiciar a compreensão da metodologia de um projeto de pesquisa e de trabalhos científicos.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – As metodologias de construção de projetos científicos</p> <p>1.1 - O que são metodologias e quais as principais metodologias?</p> <p>1.2 - O que é um TCC?</p> <p>1.3 - O que é um desenho inicial de TCC?</p> <p>UNIDADE II – As principais etapas do projeto</p> <p>2.1 - Definição do tema</p> <p>2.2 - Definição do problema e hipóteses</p> <p>2.3 - Definição dos objetivos</p> <p>2.4 - Justificativa</p> <p>2.5 - Revisão teórica</p> <p>2.6 - Metodologia</p> <p>2.7 - Cronograma e orçamento</p> <p>2.8 - Referências bibliográficas e anexos</p> <p>UNIDADE III - Formas de escrever e apresentar um projeto de pesquisa e um TCC</p> <p>3.1 - Elementos pré-textuais</p> <p>3.2 - Elementos textuais</p> <p>3.3 - Elementos pós-textuais</p> <p>3.4 - Regras da ABNT</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS; DA ABNT, CONFORME NORMAS. SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA–UNIPAMPA. 3ª edição revista e ampliada. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcf/files/2012/04/Manual-de-Normaliza%C3%A7%C3%A3o-3ed.-2013.pdf.</p> <p>Projeto Político pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política. Disponível em: http://dspace.unipampa.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/132.</p> <p>RICHARDSON, Roberto. Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2011.</p>		

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa em ciências sociais. São Paulo, Atlas, 2009.

SORIANO, Raúl Rojas. Manual de pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar:

BAQUERO, Marcello. Pesquisa quantitativa nas ciências sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DIEDRICH, M. M. Bê-a-bá da metodologia de trabalhos acadêmicos e científicos: uma orientação prática a alunos de graduação e de pós-graduação. Passo Fundo: IMED, 2009.

RODRIGUES, R. M. Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

TRIVIÑOS, A.N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, S. Como escrever uma tese. São Paulo: Pioneira, 2008.

7º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0068	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Análise das relações internacionais contemporâneas, verificando como se encontra estruturado o sistema internacional.</p> <p>Objetivo: Estudar e refletir sobre a construção sócio-histórica e política do sistema internacional, desde o final da segunda guerra até o início do século XXI.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I - Sistema internacional 1.1 - Conceitos 1.2 - Estrutura e funcionamento</p> <p>UNIDADE II - O pós Segunda Guerra Mundial e suas alterações nas relações internacionais 2.1 - O conflito leste-oeste 2.2 - O diálogo norte-sul 2.3 - A formação da Organização das Nações Unidas</p> <p>UNIDADE III - O mundo e as relações internacionais nos anos de 80 e 90 3.1 - O fim da guerra fria 3.2 - Globalização, regionalização e interdependência 3.3 - A agenda do final do século XX</p> <p>UNIDADE IV – O Sistema internacional do século XXI 4.1 - O combate ao terrorismo 4.2 - Política interna x política externa: o caso da União Europeia 4.3 - O Brasil face às alterações do cenário internacional e macro-regional</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ALBUQUERQUE, José Augusto. Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>GOHN, Maria da Glória (Org.). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 3 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2007.</p> <p>KHANNA, Parag. O segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008</p> <p>PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais: Temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.</p>		

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M.C. O Brasil e a América Latina. São Paulo: Contexto, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília:Ed. Universidade de Brasília, 2002.

FIORI, José Luis. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

HIRST, Mônica. Brasil-EUA: Desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. Relações internacionais: teoria e história. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0069	Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Análise de conceitos e enfoques teóricos relevantes para o estudo empírico da estrutura federativa no Brasil, governo e o processo de formulação e aplicação das políticas em esferas distintas. Discussões acerca da complexa balança de poderes entre Estado, estados e municípios.</p> <p>Objetivo Traçar um panorama histórico evidenciando a discussão teórica inerente ao federalismo brasileiro.</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar os três níveis da administração pública, verificando sua interface relativa às políticas públicas e sua governabilidade.</p> <p>Programa: Unidade I – Federalismo no Brasil - Formação do federalismo brasileiro - Centralização e descentralização no Brasil em perspectiva histórica - República: uma proposta de federalização</p> <p>Unidade II - Federação e relações intergovernamentais - O município no sistema político brasileiro - O governo no Brasil</p> <p>Unidade III - Descentralização e reforma do Estado - A Constituição de 1988 e o novo Pacto Federativo - A reforma do Estado nos anos 90 no contexto do neoliberalismo - Descentralização das políticas públicas e democratização do processo decisório</p>		
<p>Bibliografia Básica: ANDRADE, R. da C. (org.) Processo de governo no município e no Estado. São Paulo: Ed. USP, 1998. AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (orgs.) Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004. COSER, I. Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823 – 1866). Belo Horizonte: UFMG, 2008. SILVA, I. G. Democracia e participação na “Reforma” do Estado. São Paulo: Cortez, 2003.</p>		
<p>Bibliografia Complementar: ARRETCHE, M. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000. Federalismo e igualdade territorial. Rio de Janeiro,</p>		

Dados, vol.53, no.3, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000300003>

PALERMO, V. O governo no Brasil. Rio de Janeiro, Dados, vol.43, no.3, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000300004>

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Curitiba, Revista Sociologia Política, n24, jun/2005, pp. 105-121. Disponível em: Rev. Sociol. Polit. no.24 Curitiba June 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100008>

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964), pp.7-40. Disponível em: Rev. bras. Ci. Soc. vol.21 no.61 São Paulo June 2006 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000200002>

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100008>

CÓDIGO	NOME	(T – P)
SB0071	MOVIMENTOS SOCIAIS	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Os movimentos sociais. Novos movimentos sociais. ONGs. Movimentos sociais no campo. O Estado e os movimentos sociais.</p> <p>Objetivo: Analisar o surgimento, o desenvolvimento teórico e histórico e a contribuição dos movimentos sociais para a construção da cidadania no país.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – Teorias sobre os movimentos sociais</p> <p>1.1 - Os paradigmas europeus sobre os movimentos sociais</p> <p>1.2 - A escola francesa</p> <p>1.3 - A escola italiana</p> <p>1.4 - O paradigma marxista sobre os movimentos sociais</p> <p>UNIDADE II – Os movimentos sociais na América Latina</p> <p>2.1 - Os movimentos sociais na década de 1970/80</p> <p>2.2 - O paradigma latino-americano sobre os movimentos sociais</p> <p>UNIDADE III – Os novos movimentos sociais</p> <p>3.1 - O movimento feminista</p> <p>3.2 - O movimento negro</p> <p>3.3 - O movimento gay</p> <p>UNIDADE IV – Movimentos sociais no Brasil</p> <p>4.1 - A repressão militar e a multiplicidade de movimentos sociais</p> <p>4.2 - Novos atores sociais</p> <p>4.3 - O movimento dos sem-teto</p> <p>4.4 - O movimento estudantil</p> <p>UNIDADE V – Movimentos sociais no campo</p> <p>5.1 - Movimento sem terra</p> <p>5.2 - Movimento quilombola</p> <p>5.3 - O movimento dos pequenos agricultores</p> <p>5.4 - O movimento das trabalhadoras rurais</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANDERY.M.M. et ali. Para Compreender a Ciência uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC- Editora da PUC-SP, 2002.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Novas Teorias dos Movimentos. Caxias do Sul: Maneco Editora, 1999.</p> <p>LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (Orgs.) Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis .Sao Paulo. Cortez. 2005.</p>		

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. 2 ed. Loyola. 1996 SOUZA,

Bibliografia Complementar:

BERG Ioschpe, Evelyn (org) Terceiro Setor. Desenvolvimento social sustentado.

Santos, Ana. Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. disponível em: <http://rccs.revues.org/867#article-867> .

Hopenhayn, Martin. “A cidadania vulnerabilizada na América Latina” In: Revista Brasileira de Estudos de População. v.19, n.2, jul./dez.2002. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14374>. Pdf.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº40 junho de 1997. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_hu_manos_RCCS48. PDF.



CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0072	POLÍTICAS PÚBLICAS III	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Estudo de casos de políticas públicas: análise das políticas públicas em educação, saúde e segurança focando o seu ciclo de implementação, funcionamento e formas de gestão.</p> <p>Objetivo: Analisar em profundidade as políticas públicas da educação, saúde e segurança no Brasil, verificando seu funcionamento e as perspectivas colocadas para a construção da cidadania, enquanto afirmação dos direitos sociais básicos.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – As políticas públicas no Brasil</p> <p>1.1 - Gênese das políticas públicas no Brasil</p> <p>1.2 - Panorama geral das políticas públicas até os dias de hoje</p> <p>UNIDADE II – Analisando as políticas públicas de Educação: a LDB e a realidade</p> <p>2.1 - As especificidades da construção das políticas públicas em Educação no Brasil</p> <p>2.2 - Análise em profundidade da LDB – histórico, objetivos, mecanismos de funcionamento</p> <p>2.3 - O impacto da LDB nas políticas públicas em Educação no Brasil</p> <p>2.2 - Análise em profundidade da LDB – histórico, objetivos, mecanismos de funcionamento</p> <p>2.3 - O impacto da LDB nas políticas públicas de Educação</p> <p>UNIDADE III – Analisando o SUS</p> <p>3.1 - As especificidades da construção das políticas públicas em saúde no Brasil</p> <p>3.2 - Análise em profundidade do SUS – histórico, objetivos, mecanismos de funcionamento</p> <p>3.3 - O impacto do SUS nas políticas públicas de saúde</p> <p>UNIDADE IV – Analisando a segurança pública e o SISP</p> <p>4.1 - As especificidades da construção das políticas públicas em segurança</p> <p>4.2 - Análise em profundidade do SISP – histórico, objetivos, mecanismos de funcionamento</p> <p>4.3 - O impacto do SISP nas políticas públicas de segurança</p> <p>UNIDADE V – Perspectivas das políticas públicas no Brasil</p> <p>5.1 - Análise crítica dos sistemas públicos de educação, saúde e segurança</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1993.</p> <p>DA SILVA, Christian Luiz. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.</p> <p>SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2010.</p>		

Bibliografia Complementar:

AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (orgs.) Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

BOBBIO, N. Dicionário da Política. Brasília: Ed. UNB, 1986.

DYE, Thomas R. Understanding public policy. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1992.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2006.

RESENDE, Anne Caroline Costa; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras. *Estud. Econ.* [online]. 2008, vol.38, n.2, pp. 235-265.



CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0074	SEMINÁRIO DE TCC I	(30-0)
Período: Noturno		
Créditos: 2		
Ementa: O objeto de pesquisa; os métodos e técnicas e o planejamento do trabalho de pesquisa em Ciências Sociais – Ciência Política.		
Objetivo: Acompanhar o processo de planejamento e desenvolvimento do primeiro capítulo do trabalho de conclusão de curso.		
Programa:		
Unidade I - Objeto de pesquisa		
1.1 - Identificação do tema		
1.2 - Construção do problema		
Unidade II – Construção do quadro teórico de referência		
2.1 - Revisão de literatura		
2.2 - Uso de citações		
Bibliografia Básica:		
BAQUERO, Marcello. Pesquisa Quantitativa nas ciências sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.		
BRANDÃO, C. R. (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1990.		
FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.		
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.		
Bibliografia Complementar:		
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.		
MARCELLINO, N. C. (org.). Introdução às Ciências Sociais. São Paulo: Papirus, 1988.		
MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.		
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1988.		
BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução de Magda França Lopes. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008		

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0030	LIBRAS	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.</p> <p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; - Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sócio-cultural e linguística; - Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais. <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar; - Difundir e treinar uma comunicação básica de Libras; - Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural; - Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem; - Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais; - Compreender os surdos e sua língua partir de uma perspectiva cultural. <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I - TEORIA E PRÁTICA</p> <p>História da educação de surdos no Brasil e no mundo</p> <p>Cultura surda e movimento surdo</p> <p>Alfabeto manual, números e saudações pessoais</p> <p>Ambiente escolar (materiais escolares e espaço físico)</p> <p>Línguas de sinais e libras</p> <p>Verbos I</p> <p>UNIDADE II - TEORIA E PRÁTICA</p> <p>Família e sociedade</p> <p>Sistema pronominal (pronomes pessoais)</p> <p>Natureza e fenômenos (sistema verbal presente e passado)</p> <p>Profissões e mercado de trabalho</p> <p>Verbos II</p> <p>UNIDADE III - TEORIA E PRÁTICA</p>		

Tradução e interpretação

Sistema pronominal (pronomes interrogativos) Os alimentos (compra, venda, restaurante) Sistema pronominal (pronomes possessivos) Literatura surda
Verbos III

UNIDADE IV - TEORIA E PRÁTICA

O uso do espaço e dos referentes
O uso dos advérbios e dos classificadores
Sistema pronominal (pronomes demonstrativos)
Produção textual em libras (sinalizada)

Bibliografia Básica:

GESSER, Audrei. LIBRAS: Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.
QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. LIBRAS: conhecimento Além dos Sinais. São Paulo: Pearson Education, 2011.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. Novo DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2012. v. 1 e 2.
FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em contexto: curso básico: livro do aluno. 5. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.
FLAVIA, Brandão. Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Global Editora, 2011.
MOURA, Maria Cecília de. O surdo, caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000.
STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
_____. História da educação dos surdos. Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a Distância, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 2009.

8º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0069	PODER POLÍTICO LOCAL E REGIONAL	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Análise dos conceitos de espaços, regiões e territórios articulados ao sistema de poder. Estudo da trajetória do desenvolvimento regional no Brasil e os efeitos da globalização na articulação dos territórios nacionais. Concepções e metodologias em desenvolvimento sustentável e sua aplicação às regiões. Estado, instituições e legislação para o desenvolvimento regional. A participação da sociedade civil nas decisões políticas e as articulações intermunicipais na formulação de políticas públicas e gestão regional.</p> <p>Objetivo: Estudar as relações entre as esferas nacional, regional e local a partir do advento da globalização e sua interface com as configurações geopolíticas, observando o comportamento do Estado e da sociedade civil no processo de integração intermunicipal, a formulação de políticas públicas e a configuração das relações de poder.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I - Poder e representação</p> <p>1.1 - Globalização da economia e o impacto na configuração geopolítica mundial 1.2 - Poder, Estado, sociedade civil e configuração geopolítica</p> <p>UNIDADE II - Projeto nacional, projeto regional, projeto local: três esferas em debate</p> <p>2.1 - Panorama geral sobre a articulação entre o nacional, regional e local 2.2 - A nova relação entre o nacional, o regional e o local</p> <p>UNIDADE III - Integração e federação</p> <p>3.1 - O processo de integração regional 3.2 - Os desafios colocados para os sistemas federativos</p> <p>UNIDADE IV - Problemas de desenvolvimento regional e local</p> <p>4.1 - A dinâmica de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial 4.2 - As formas de integração regional e local ao sistema de produção mundial e os problemas colocados</p> <p>UNIDADE V - A esfera pública local como foco de discussões sociais</p> <p>5.1 - O papel do local no processo de desenvolvimento do sistema de produção mundial 5.2 - As formas de resolver os problemas sociais em um mundo globalizado</p> <p>UNIDADE VI - Economia e o problema político dos estados brasileiros</p> <p>6.1 - A política econômica brasileira e as formas de integração entre o local, regional e nacional 6.2 - Os dilemas da territorialidade nacional</p> <p>UNIDADE VII - Royalties em debate: a questão do pré-sal e os interesses da nação</p> <p>7.1 - As perspectivas de integração oferecidas pelo pré-sal</p>		

7.2 - As possibilidades de integração em jogo

Bibliografia Básica:

DINIZ, Eli. (Org.). Globalização, Estado e Desenvolvimento. Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LIEDTKE, P. F. A esquerda presta contas. Comunicação e Democracia nas cidades. Itajaí: Univale, 2002.

WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. Editora Ática, 2006.

Bibliografia Complementar:

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, 2009.
Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>

FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. Lua Nova, n. 37, p. 229-247, 1996.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n37/a12n37.pdf>

FILIPPIM, Eliane Salete; ABRUCIO, Fernando L. Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na experiência catarinense. RAC, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 212-228, 2010.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n2/v14n2a03.pdf>

FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. Revista de Sociologia e Política 15 (2000): 83-96.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200006&script=sci_arttext&tlng=es

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. Opinião Pública, v. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.
Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762005000200003&script=sci_arttext&tlng=es

KLERING, Luis Roque; KRUEL, Alexandra Jochims; STRANZ, Eduardo. Os pequenos municípios do Brasil—uma análise a partir de índices de gestão. Análise—Revista de Administração da PUCRS, v. 23, n. 1, p. 31-44, 2013.
Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/download/11433/9677>

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. Revista de Sociologia e Política, v. 22, p. 153-177, 2004.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a12.pdf>

MALUF, Rui Tavares. Carreiras Políticas no Brasil: Amadores e de Passagem nas Câmaras Municipais de SP e RJ. Ideias, v. 2, n. 1, 2010.
Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/61>

SOUZA, Celina. Reinventando o poder local: limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. São Paulo em Perspectiva, v. 10, n. 3, p. 38-52, 1996.
Disponível: http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_13.pdf

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 24, p. 123-148, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a09n24.pdf>



CÓDIGO	NOME	(T - P)
SB0075	SEMINÁRIO DE TCC II	(60-0)
Período: Noturno		
Créditos: 4		
<p>Ementa: Trabalho de conclusão de curso na área de Ciências Sociais – Ciência Política.</p> <p>Objetivo: Desenvolver encontros mensais de apoio ao conteúdo desenvolvido em Seminário de Projeto e Seminário de TCC I, para o aluno, supervisionando o cumprimento dos prazos e encontros de apresentação do trabalho desenvolvido.</p> <p>Programa:</p> <p>UNIDADE I – Estrutura formal do trabalho de conclusão de curso</p> <p>1.1 - Elementos pré-textuais 1.2 - Elementos textuais 1.3 - Elementos pós-textuais</p> <p>UNIDADE II – Conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso</p> <p>2.1 - Introdução 2.2 - Desenvolvimento 2.3 - Conclusões 2.4 - Referências bibliográficas</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BAQUERO, Marcello. Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.</p> <p>BRANDÃO, C. R. (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1990.</p> <p>FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BELL, Judith. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução de Magda França Lopes. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>MARCELLINO, N. C. (org.). Introdução às Ciências Sociais. São Paulo: Papirus, 1988.</p> <p>MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1988.</p>		

2.3.6. Flexibilização curricular

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida por ele mesmo, por meio da escolha de componentes curriculares complementares de graduação; e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares.

Em relação ao percurso de formação, conforme consta no item 2.3.1, o aluno tem a possibilidade de cursar componentes curriculares complementares de graduação à sua escolha, dentro da carga horária mínima da habilitação escolhida. O componente curricular de Libras será ofertada pelo curso como componente curricular complementar de graduação conforme Decreto nº 5.626/2005. Isso significa que o curso acredita numa formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórias) e, também, na capacidade do aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse.

Os estudos referentes a temáticas étnico-raciais serão ofertados aos alunos através de DCGs, baseadas no parecer CNE/CP nº. 1, de 17 de junho de 2004. O curso também irá trabalhar estas temáticas no eixo do sétimo semestre que tem como tema os movimentos sociais, etnia e cidadania. A UNIPAMPA tem uma Comissão Especial de Estudos sobre “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (HICAB/UNIPAMPA), que tem o papel de coordenar a implantação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ([HTTP://porteiros.s.unipampa.edu.br/hicabi/](http://porteiros.s.unipampa.edu.br/hicabi/)).

Em relação às atividades complementares, aqui definidas como atividades acadêmico-científico-culturais (ver item 2.3.1.1), estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão.

2.3.7. Atendimento à legislação

Legislação utilizada para a construção deste PPC:

- Resolução CNE/CS 17, de 13 de março de 2002;
- Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007;
- Parecer 492/2001 – Homologado;
- Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Ciências Sociais – Ciência Política;
- Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, de 17 de junho de 2010;
- Projeto Institucional, 16 de agosto de 2009;

- Documento Elementos do PPC da UNIPAMPA.

2.3.8. Atendimento ao perfil do egresso

Para que as expectativas em relação ao egresso se concretizem, ações de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes são realizadas através de:

- políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- participação dos graduandos em eventos acadêmicos e culturais como: congressos, seminários, palestras, entre outros, com auxílio financeiro institucional;
- participação dos discentes na avaliação da instituição.

Quanto aos métodos de ensino e avaliação, estes devem:

- estimular a participação sistemática e reflexiva dos discentes em situações de ensino e aprendizagem, tanto na educação formal como na informal, por meio de metodologias diversas e que atendam às especificidades de cada componente curricular, utilizando-se trabalhos presenciais e/ou a distância.

O Núcleo de Desenvolvimento Educacional – NuDE - é o órgão responsável pelo atendimento de docentes e discentes do campus na área do desenvolvimento educacional, visando a qualidade do trabalho pedagógico e estudantil. O NuDE trabalha a partir das demandas apresentadas na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino/aprendizagem bem como o acesso e permanência na instituição. O Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) está incluído na composição da Coordenação Acadêmica do Campus, em conformidade com o item III do Art. 76 dentro do Regimento Geral da UNIPAMPA.

Da competência

- a) Orientar ações, elaborar pareceres e relatórios sobre questões pertinentes à prática pedagógica, de acordo com a legislação educacional vigente e com as normas internas da UNIPAMPA;
- b) Articular encontros e eventos de caráter comunitário e acadêmico no âmbito do campus;
- c) Atendimento aos estudantes por demanda espontânea;
- d) Atendimento aos estudantes por indicação de docentes;

- e) Apoiar e acompanhar a organização dos elementos necessários ao desenvolvimento didático-pedagógico da prática docente – planejamento de atividades, adequação de recursos e procedimentos metodológicos e orientação da prática de avaliação;
- f) Assessorar nos procedimentos atinentes à avaliação institucional e/ou de processos de ensino-aprendizagem;
- g) Acompanhar e contribuir no processo de construção e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos do campus, bem como emitir pareceres sobre os mesmos;
- h) Atuar na elaboração, execução e/ou participação em projetos de áreas específicas, bem como pareceres técnicos em seu âmbito profissional;
- i) Realizar atividades de pesquisa/coleta de dados/levantamento de informações, com metodologia definida pelo técnico, em questões relativas à qualificação dos processos educacionais;
- j) Monitorar, gerenciar e executar a política de acesso e permanência do educando garantindo a inclusão social;
- l) Viabilizar acesso às condições de igualdade, assegurando os direitos sociais de moradia, alimentação, assistência à saúde, lazer e suporte psico-social;
- m) Promoção de instâncias de valorização, socialização e publicização da produção acadêmica da universidade;
- n) Atuar como agente facilitador de parcerias com instâncias de representação estudantil, órgãos de governo, da sociedade civil e outras instituições para implementação de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- o) Orientar projetos de ensino e orientação e desenvolvimento em pesquisa e extensão;
- p) Prestar orientações aos discentes quanto ao planejamento de sua trajetória acadêmica;
- q) Fomentar o envolvimento da comunidade acadêmica em propostas inovadoras e alternativas de ensino- aprendizagem;

Atualmente, as instituições de ensino precisam atender às necessidades dos alunos e servidores na questão da acessibilidade, para os mesmos participarem de forma igualitária do processo ensino-aprendizagem.

O NInA, em conjunto com outros setores da Universidade, vem realizando um trabalho a fim de consolidar e multiplicar ações afirmativas de garantia da inclusão e acessibilidade.

A consolidação e ampliação da política de atendimento educacional especializado, está sendo feita através da descentralização de atividades do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade -

NInA, por meio da implantação de equipes multidisciplinares formadas por docentes e técnicos administrativos em educação, em cada campus da Universidade. Também se propõe a contínua efetivação do acesso aos recursos de tecnologia assistiva, bem como a capacitação das equipes responsáveis pelo atendimento educacional especializado nos dez campi da Universidade e a sensibilização dos demais servidores.

O NInA executa as seguintes ações:

- Realização de efetivas ações relacionadas à educação inclusiva nos dez campi da UNIPAMPA (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja e Uruguaiana), pelas comissões locais, as quais serão constituídas também nos dez campi, com a gestão realizada em São Borja e/ou Bagé;
- Participação das comissões, de servidores e discentes da UNIPAMPA na capacitação para utilização dos recursos de tecnologia assistiva, que ocorrerão nas dez unidades;
- Sensibilização dos docentes, técnico-administrativos e discentes em relação à efetivação da educação inclusiva na Universidade;
- Disponibilização aos estudantes com deficiência de materiais, recursos de tecnologia e espaços que auxiliem ou favoreçam sua aprendizagem e autonomia.

O NInA é sustentado pelos marcos legais, dentre estes a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que incide sobre “os diferentes níveis de ensino”, defendendo o acompanhamento e a promoção do acesso à educação em todos os seus níveis. A mesma indica por meio do Decreto nº 6.571/2008, o atendimento educacional especializado na forma de eliminar barreiras nos espaços educacionais e aponta para a necessária estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. Também indica a relevância da inserção dos temas acessibilidade e Libras nas diversas áreas de formação. Sendo assim, política sinaliza para a importância da atuação das instituições de educação superior como promotoras de uma sociedade inclusiva.

Destaca-se também a portaria nº 3.284/2003, que é o instrumento de exigibilidade na Educação Superior de requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência nos processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, buscando o compromisso formal da instituição na garantia de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência. Os alunos com necessidades educacionais especiais compõem a realidade da UNIPAMPA desde sua criação, sendo que hoje a Universidade já conta com aproximadamente cinquenta alunos identificados com tal perfil, distribuídos em todos os campi. Logo, a Universidade encontra-se comprometida com a questão da inclusão também

pela exigência legal, mas principalmente por caracterizar uma demanda real que exige atendimento especializado e eficiente.

A UNIPAMPA assume, em seu Projeto Institucional (2009), a *"inclusão universitária plena"*, referindo-se expressamente ao *"acesso de todos, igualmente, incluindo os grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao ensino superior público"* (p.42). Define ao longo de sua política de ensino e assistência estudantil, estratégias e metas claras de como conduzir o processo educacional para atender as necessidades de aprendizagem das pessoas com deficiência. A educação inclusiva surge como uma via de mão dupla: beneficiam-se os deficientes e também os demais alunos e a comunidade acadêmica como um todo, que são favorecidos pela convivência com as diferenças e a valorização dessas diferenças para a formação de uma cultura de acolhimento e respeito à diversidade.

3 RECURSOS

3.1 CORPO DOCENTE

A formação atual dos professores do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política concentra-se nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

A Coordenadoria de Apoio Pedagógico – CAP visa assessorar a Vice-Reitoria e a Pró-Reitoria de Graduação nas questões da Pedagogia Universitária e nos aspectos didático-pedagógicos e teórico-metodológicos do processo ensino-aprendizagem da Universidade.

Desenvolve ações de formação continuada dos professores, de estudos permanentes e de desenvolvimento de ações cujo foco principal são as relações professor-aluno, o processo didático-pedagógico de ensino-aprendizagem, as práticas educativas e o processo de avaliação, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Sua peculiaridade e inovação consistem em prestar atendimento aos discentes, auxiliando-os na sua permanência e êxito nos estudos, bem como acompanhar a sua evolução mesmo após a formação universitária. Apóia e assessora os dirigentes dos campi, coordenadores de cursos de graduação e cursos superiores de tecnologia, bem como aos demais docentes da instituição.

Na estrutura organizacional da UNIPAMPA, a CAP, de acordo com a Portaria nº 1.564, de 30 de Setembro de 2011, está vinculada ao Gabinete do Vice-Reitor dividindo-se

em duas áreas: a Divisão de Apoio Pedagógico e a Divisão de Apoio aos Fóruns das Áreas de Conhecimento.

A Divisão de Apoio Pedagógico trata dos aspectos didático-pedagógicos e teórico-metodológicos do processo ensino-aprendizagem da Universidade.

A Divisão de Apoio aos Fóruns das Áreas de Conhecimento trata do apoio aos Coordenadores de Curso e de temáticas relacionadas aos Cursos de Graduação, organizados em área do conhecimento.

O Corpo docente conta com o apoio do **NuDE**, que é o órgão responsável também pelo atendimento aos docentes, o que proporciona uma qualidade no trabalho pedagógico e estudantil.

Professores que atuam no curso:

Prof.^a Dr.^a Adriana Hartemink Cantini

Direito pela Universidade Regional da Campanha – URCAMP
Mestrado em Educação - PUC RS
Doutorado em Direito Universidade de Salamanca – Espanha – USA

Prof.^a. Dr.^a Andréa Becker Narvaes

Graduada em Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura – UFRGS
Mestrado em Educação – UFSM
Doutorado em Educação – UFSM

Profa. Dra. Angela Quintanilha Gomes

Graduação em Ciências Sociais – PUCRS
Mestrado em Ciência Política – UFRGS
Doutorado em Ciência Política – UFRGS

Prof. Dr. Augusto Junior Clemente

Bacharelado em Ciência Política – Faculdade Internacional de Curitiba.
Mestrado em Ciência Política – UFPR
Especialização em Sociologia Política - UFPR
Doutorado em Ciência Política– UFRGS

Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

Graduação em Ciências Sociais – UFRGS
Mestrado em Ciência Política – UFRGS
Doutorado em Ciência Política – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Claudete Robalos da Cruz

Graduação em Geografia – UNOESC
Especialização em Educação Ambiental – UFSM
Mestrado em Geografia – UFSM
Doutorado em Educação - UFPEL

Prof. Dr. Daniel Etcheverry

Graduação em Ciências Sociais – UFRGS
Mestrado em Antropologia Social - UFRGS
Doutorado em Antropologia Social – UFRGS

Prof. Dr. Domingos Sávio Azevedo

Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – PUCRS
Especialização em Metodologia do Ensino Superior – URCAMP
Mestrado em Comunicação – UFRJ
Doutorado em Engenharia da Produção – UFSC
Dourando em Ciência Política – UFRGS

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua

Graduação em História – URCAMP
Mestrado em História – UNISINOS
Doutorado em História – UNISINOS

Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani

Graduado em Filosofia pela Unifai SP
Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica/SP
Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.^a Keli Krause

Licenciatura em Letras/LIBRAS– UFRGS
Bacharelado em Sistemas de Informação
Especialista em Docência em Libras - UTP

Prof.^a Dr.^a Lisianne Sabedra Ceolin

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC, RS
Mestrado em Direito pela Universidade de Caxias do Sul
Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Me. Muriel Pinto

Graduação em Geografia – URI
Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNISC
Doutorando em Geografia - UFRGS

Prof.^a.Dr.^a. Priscila Françoise Vitaca Rodrigues

Graduada em Ciências Sociais – UFPEL,RS
Mestrado em Sociologia – UFRGS
Doutorado em Serviço Social – PUCRS

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Graduação em Estudos Sociais - PUCRS
Licenciatura Plena em História – PUCRS
Mestrado em História – UPF
Doutorado em História – PUCRS

Profa. Dra. Susana Cesco

Graduação em História – UFSC
Mestrado em História – UFSC
Doutorado em História Social – UFRJ

Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio
Graduação em Ciências Sociais – UECE
Mestrado em Ciência Política – UNB
Doutorado em Ciência Política - UFMG

PERFIL DOCENTE DESEJADO

Graduação em Ciências Sociais ou Ciência Política
Mestrado em Ciências Sociais e Ciência Política
Doutorado em Ciência Política

O curso de Ciências Sociais – Ciência Política possui em sua estrutura o NDE – Núcleo Docente Estruturante, formado pelos seguintes professores: Professor Dr. Augusto Junior Clemente; Professora Dra. Andrea Becker Narvaes; Professor Dr. Ronaldo Bernardino Colvero; Professora Dra. Angela Quintanilha Gomes; Professor Dr. Cláudio Junior Damin e Professor Dr. Thiago Sampaio. Todos os membros do NDE trabalham em regime de dedicação exclusiva e possuem experiência como docentes no ensino superior. Com o objetivo de melhor estruturar o Projeto Político Pedagógico do curso, acima citado, o NDE foi criado para a contribuição na construção da identidade do curso e de seus integrantes. Esse núcleo funciona como um elemento de diferenciação para melhorar constantemente a qualidade do curso, possibilitando assim o desenvolvimento da integração dos componentes curriculares das diversas atividades propostas pelo PPC. No que respalda e exige a lei e, segundo o Parecer nº 4 do CONAES, de Julho de 2010 a Resolução nº 1 de 17 de Julho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante do curso supracitado obedece as normativas e exerce as funções exigidas.

A comissão de curso de Ciências Sociais – Ciência Política é composta por professores que dão aula no curso e é a instância de decisões e discussões referentes ao ensino, pesquisa e extensão.

3.2 INFRAESTRUTURA

Por se tratar de uma universidade nova e em formação, algumas instalações estão

sendo construídas e ampliadas, incluindo laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos, devendo estar completas as execuções no ano de 2014. Ressalta-se que a instituição incentiva à implantação e êxito de novos cursos de graduação, estando comprometida com melhorias na infraestrutura física. Porém, a infraestrutura atual, instalações e equipamentos, atende aos requisitos mínimos necessários para atividades de ensino e de pesquisa na graduação.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

- 21 computadores (monitor 17", gabinete, caixa de som, microfone, mouse e teclado)

- 1 projetor + 1 computador (gabinete, mouse e teclado) Hardware:

Processador: Intel Pentium 4 3GHz

Memória: 512MB

HD: 160GB

Gravador CD

Software:

Sistema operacional (Windows XP Professional)

Editor de textos (BR Office)

Editor gráfico (CorelDraw)

Editor de imagem (Photoshop)

Editor de áudio (Sound Forge)

Editor de layouts de publicações (PageMaker)

Área Física: 56,80m²

Situação: Em funcionamento.

BIBLIOTECA:

A biblioteca possui, hoje, um espaço de 240 m².

Evolução do acervo:

Em 31/12/2008 – 3.581

Em 31/12/2009 – 5.093

Em 22/12/2010 – 8.274

Em 31/12/2011 – 13.855

Em 31/12/2012 -22.176

Em 31/12/2013- 28.859

A instituição conta ainda com o acesso ao Portal de Periódicos CAPES, onde o usuário encontra os textos completos de 15.475 revistas nacionais e internacionais, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Além de permitir acesso aos conteúdos, também dá direito à impressão ou downloads.

O acervo é de livre acesso, e atende tanto a comunidade universitária como o público em geral. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Os usuários externos poderão realizar somente consultas no local. Os usuários podem acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material.

Pelo constante aperfeiçoamento dos cursos e da própria instituição o acervo está em constante atualização e crescimento.

4 Total do

acervo Títulos:

6.222

Exemplares:28.859

Total de títulos inseridos em 2013: 2.118

Total de exemplares inseridos em 2013:6.683



Dados Quantitativos do Acervo de Livros por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	51	297
Ciências Biológicas	46	208
Engenharias	09	
Ciências da Saúde	68	271
Ciências Agrárias	04	12
Gestão Ambiental	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	2.273	10.148
Ciências Humanas	2.424	13.836
Linguística, Letras e Artes	1.244	3.521
Outros	103	548
Total	6.222	28.859

Dados Quantitativos do Acervo de Folhetos por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	6	15
Ciências Biológicas	3	3
Engenharias		
Ciências da Saúde	5	5
Ciências Agrárias		
Gestão Ambiental		
Ciências Sociais Aplicadas	1	6
Ciências Humanas		
Linguística, Letras e Artes		

Outros	1	1
Total	16	30

Dados Quantitativos do Acervo de Teses por Área do Conhecimento CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	4	4
Ciências Biológicas		
Engenharias		
Ciências da Saúde	85	85
Ciências Agrárias		
Gestão Ambiental		
Ciências Sociais Aplicadas		
Ciências Humanas	3	3
Linguística, Letras e Artes		
Outros		
Total	92	92

Dados Quantitativos do Acervo Multimídia

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	13	13
Ciências Biológicas	1	5
Engenharias		
Ciências da Saúde	66	13
Ciências Agrárias		
Gestão Ambiental		



Ciências Sociais Aplicadas	37	147
Ciências Humanas	25	76
Linguística, Letras e Artes	1	1
Outros		
Total	143	255

Quantitativos do Acervo de Periódicos

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	9	9
Ciências Biológicas		
Engenharias		
Ciências da Saúde	20	20
	2	2
Ciências Agrárias		
Gestão Ambiental		
Ciências Sociais Aplicadas	1	1
Ciências Humanas		
Linguística, Letras e Artes		
Outros	1	1
Total	33	33

Dados Quantitativos de Artigos de Periódicos

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	59	59
Ciências Biológicas	4	4
Engenharias		
Ciências da Saúde	69	69
Ciências Agrárias		
Gestão Ambiental		
Ciências Sociais Aplicadas		
Ciências Humanas		
Linguística, Letras e Artes		
Outros	23	23
Total	155	155

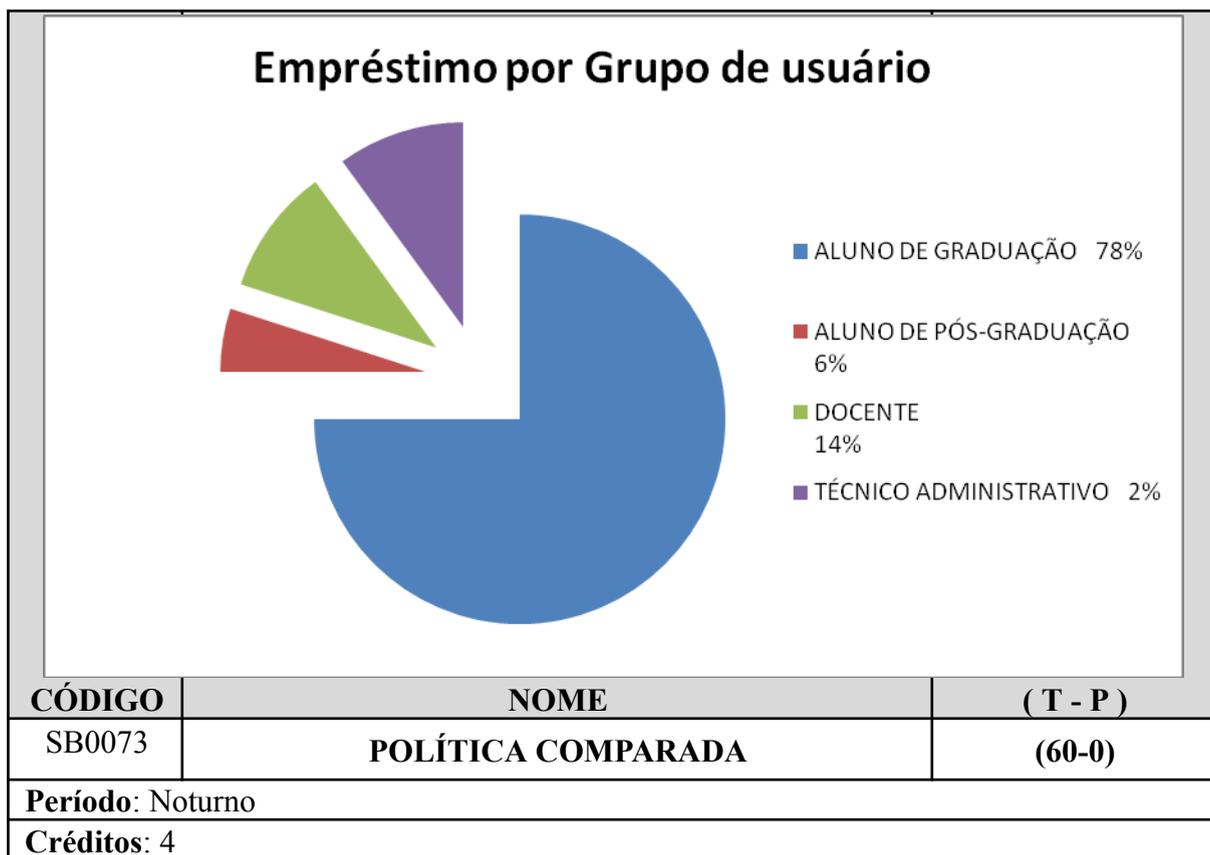
ESTATÍSTICA DE CIRCULAÇÃO

RETIRADAS	DEVOLUÇÕES	RENOVAÇÕES NO BALCÃO	RENOVAÇÕES NA WEB
10.340	10.118	1.692	7.279

Total de empréstimo por grupo de usuário:

Grupo de usuários	Quantidade
Alunos de graduação	8.420
Alunos de pós-graduação	339
Docentes	1.305
Técnico-administrativos	276
Total	10.340

Empréstimo por Grupo de Usuário



Ementa: Estuda a Ciência Política como componente curricular comparativa: os sistemas políticos em perspectiva comparada, os principais métodos da técnica comparativa de análise política, e os diferentes enfoques teóricos de análise política.

Objetivo: Conhecer o campo de estudo da política comparada.

Programa:

UNIDADE I

- Introdução: Abordagem comparada e Ciência Política

UNIDADE II

- Questões teóricas e metodológicas da análise comparativa

UNIDADE III

- Desenvolvimento histórico da análise comparativa

UNIDADE IV

- Estudos de Política Comparada

Bibliografia Básica:

BAQUERO, M. (org.) Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

LIJPHART, A. Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: 2006.

Bibliografia Complementar:

BAQUERO, M. GONZALEZ, R. A política comparada na América Latina: dilemas e Brasil. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.7, n.3, p.111-126, set.-dez. 2013.

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/43949/27733>

CHILCOTE, Ronald H..Teorias de Política Comparativa: a busca de um paradigma re Petrópolis: Vozes, 1998.

GROHMAN, Luís Gustavo Mello. A separação de poderes em países presidencialistas: Latina em perspectiva comparada. Rev. Sociol. Polit. n.17 Curitiba nov. 2001

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782001000200008>

Total de empréstimo por horário

Hora	Total
8:00 - 9:00	11
9:00 - 10:00	62
10:00 - 11:00	944
11:00 - 12:00	621
12:00 - 13:00	92
13:00 - 14:00	575
14:00 - 15:00	813
15:00 - 16:00	1.389
16:00 - 17:00	1.338
17:00 - 18:00	844
18:00 - 19:00	1.078
19:00 - 20:00	1.205
20:00 - 21:00	1.110
21:00 - 22:00	258
TOTAL	10.340

Empréstimo e renovação por tipo de material

Material	Empréstimo	Renovações
CD; CD-ROM; DVD	19	6
LIVRO	10.232	8.884
TESE	89	81
TOTAL	10.340	8.971

Livro mais reservado:

DIAS, Reinaldo, **Ciência política**. São Paulo: Atlas, 2008.

-12 reservas

Título mais retirado:

- 1- DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio; (orgs.). **Metodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo:Atlas,2006.
- 2- SCHMIDT, Cristina, (org.). **Folk comunicação na era digital avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo:Ductor,2006.
- 3- IAMAMOTO, Marilda Villella, **Serviço social em tempo de capital fetiche:capital financeiro, trabalho e questão social**.4.ed. . São Paulo: Cortez, 2010.

MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS**Mobiliário disponível nas instalações:**

- . 80 estantes de aço para acervo bibliográfico;
- . 02 expositores com prateleiras articuláveis e base inferior fechada;
- . 06 Placas de Sinalização dupla;
- . 1 armários guarda-volumes de aço com 10 compartimentos e com chaves;
- . 2 mesas de reunião, 90cm;
- . 16 cadeiras;
- . 2 mesas para computador;
- . 4 mesas de trabalho em L;
- . 3 cadeiras com rodízio grandes;
- . 1 cadeiras com rodízio pequenas;
- . 4armário vertical;
- . 4armários em aço;
- . 1 Arquivo de aço c/ 4 gavetas;

- .6 Computadores: 2 computadores para processamento técnico; 2 computador para empréstimo e referência;
- . 2 impressoras (1 laser Lexmark E260 e 1 jato de tinta colorida);
- . 1 desumidificador;
- . 1 rack;
- . 3 armários para CPU;
- . 2 carrinhos para livros;
- . 400 bibliocantos;
- . 72 caixas para periódicos em acrílico (07/01/2010);

- . 72 caixas para periódicos em aço;
- . 1 Netbook;
- . 1 retroprojektor;
- . 4 gaveteiros móvel;
- . 1 plastificador.
- . 1 Scanner

Mobiliário recebido e não montado:

- . 20 estantes de aço dupla face para acervo bibliográfico;
- . 06 Laterais de fechamento para estante face dupla;
- . 01 expositores com prateleiras articuláveis e base inferior fechada;
- . 14 Laterais de fechamento para estante tipo expositor;
- . 02 estantes face dupla para CD's;
- . 02 estantes face dupla para DVD's;
- . 09 Placas de Sinalização dupla;
- . 05 armários guarda-volumes de aço com 05 compartimentos e com chaves;
- . 01 armário guarda-volumes de aço com 03 compartimentos e com chaves.
- . 10 cadeiras
- . 12 cadeiras fixa para mesa de reunião
- . 100 cadeiras para escritório;
- . 10 carteiras adulto;
- . 06 mesas de reunião, 90cm;
- . 05 gaveteiros móvel;
- . 02 mesas reta 1200x650x750;
- . 05 estação de estudo individual.

4 AVALIAÇÃO

O processo de avaliação do projeto pedagógico do curso fundamenta-se nos parâmetros utilizados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que considera três dimensões:

1. Organização didático-pedagógica;

2. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo;
3. Instalações físicas.

Para tanto, foi constituída a Comissão Permanente de Avaliação do Curso, composta por 03 (três) representantes do corpo docente, indicados pelo Colegiado do Curso; 03 (três) representantes do corpo discente, indicados pelo Centro Acadêmico do Curso; 03 (três) representantes dos servidores técnico-administrativos. As atividades da Comissão serão realizadas em consonância com as normas institucionais e as orientações gerais do INEP.

Nessa perspectiva, vários instrumentos serão considerados, tais como: seminários de auto-avaliação de curso; participação nos exames nacionais de avaliação do MEC; acompanhamento sistemático dos resultados apresentados semestralmente/anualmente a partir dos indicadores alcançados, dentre outras ações. O cruzamento dos dados obtidos subsidiará a construção qualitativa da avaliação numa dimensão processual e sistemática.

No que concerne aos critérios que nortearão a avaliação, serão utilizados os indicadores apresentados no SINAES: concepção e objetivos do curso (revisão permanente do projeto pedagógico), perfil do egresso, currículo, metodologia, carga horária, estágio e processo de ensino-aprendizagem. É um trabalho bem feito na dimensão da avaliação o que permitirá identificar as fragilidades, os avanços e as perspectivas do curso, visando às implementações necessárias à sua melhoria.

A auto-avaliação será realizada continuamente, seguindo as diretrizes da UNIPAMPA. Entre as atividades de auto-avaliação pode-se destacar:

- a) a utilização dos dados obtidos na avaliação institucional da UNIPAMPA para o aperfeiçoamento das atividades didáticas, especialmente em relação à oferta de conteúdos, à prática didática dos professores e às condições de oferta das atividades de ensino;
- b) o alcance social dos produtos de extensão e dos serviços resultantes de projetos liderados pelos professores e levados a efeito através de uma sintonia entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- c) a política da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tomada como requisito básico para a sustentação da Universidade, considerando que a qualidade do ensino depende da competência em pesquisa e que as atividades de extensão levam o saber gerado na Universidade para a sociedade, proporcionando ao aluno uma formação calcada na realidade de sua região e amparada nos conhecimentos universais;
- d) a realização de duas avaliações: uma feita pelos discentes e outra pelos docentes no final de cada semestre, que serão tabuladas e após será avaliada pelo NDE que fará, se necessário

mudanças e ajustes para que possam ser sanados possíveis problemas no decorrer do curso.

5 REFERÊNCIAS

- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL. **PCN + Ensino Médio**: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- DELORS, J., et al. **Educação**: um tesouro a descobrir. Brasília: MEC: UNESCO, 1998.
- DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2003. (Biblioteca da educação. Série 1. V. 14)
- ELLIOT, J. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: PEREIRA, A. (Org.). **Cartografia do Trabalho Docente**. Campinas: Mercado de Letras do Brasil, ALB, 1998, p.137-152.
- FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. **Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GAUTHIER, C., et al. **Por uma Teoria da Pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.
- GIROUX, H. **Críticas e Resistências em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.
- LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teóricos metodológicos. 1ª edição. São Paulo: Vozes. 1994.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOREIRA, M. A. **Aprendizagem Significativa**. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: D.Quixote/IIIE, 1992. P.15-34.
- PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- _____. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto, 1995.

_____. **Avaliação.** Da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999^a.

_____. **Construir as Competências desde a Escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999b.

_____. **Pedagogia Diferenciada.** Porto Alegre: Artmed, 1999c.

_____. **Dez Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1999d.

RAMALHO, B.; NUÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor. Profissionalizar o ensino:** perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como Avaliar?** Critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In A. Nóvoa (Org.), **Os professores e a sua formação.** Lisboa: D. Quixote/IIIE, 1992.

STENHOUSE, L. **La Investigación como base de La Enseñanza.** Madrid: Ediciones Moratas, S. A., 1987.

TARDIFF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEIRA, F. A autonomia na aprendizagem das línguas. In **Ciências da educação:** Investigação e acção, Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Porto: SPCE. Vol. I, 1995, p. 235-243.

WIGGINS, G. The case for authentic assessment. In: **Practical Assessment, Research & Evaluation**, 2(2). Disponível em: <http://PAREonline.net/getvn.asp?v=2;n=2>. Acesso em: 14 de abril de 2010.

ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores:** ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96).**

UNIPAMPA, **Instrução Normativa N° 02/09**, de 5 de março de 2009, *Unipampa*.

_____, **Projeto Institucional (PDI)**, *Unipampa*, 2009.

Documentos:

- Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008);
- Documento GT PPC – UNIPAMPA 2011;
- Disciplinas obrigatórias/optativa de Libras (Dec. N° 5.626/2005);
- Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Ciências Sociais – Ciência Política;
- Diretrizes curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE N° 01 de 17 de junho de 2004);
- Lei Federal n 6888, de 10/12/1980;

- Fundação Getúlio Vargas, 1987;
- <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi>.
- Parecer 492/2001 – Homologada;
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018), aprovado pela Resolução n. 71, de 27 de fevereiro de 2014;
- Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007, alterada pela portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010);
- Projeto Institucional, 16 de agosto de 2009;
- Resolução CNE/CS 17, de 13 de março de 2002;
- Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007;
- Resolução CONAES Nº 1, de 17/06/2010;
- Resolução CNE/CES
- Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, de 17 de junho de 2010.

ANEXOS



ANEXO 01 – MODELO DE PROJETO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA

NOME DO(A) AUTOR(A)

TÍTULO: subtítulo

SÃO BORJA
ANO



NOME DO(A) AUTOR(A)

TÍTULO: subtítulo

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para elaboração da monografia do Trabalho de Conclusão do Curso Bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, campus de São Borja.

NOME DO ORIENTADOR (A)

SÃO BORJA

ANO

SUMÁRIO

1 TEMA	1
2 DELIMITAÇÃO DO TEMA	1
3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	2
4 HIPÓTESE	2
5 OBJETIVOS	4
6 JUSTIFICATIVA	5
7 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
8 METODOLOGIA	7
9 CRONOGRAMA	7
10 ROTEIRO PROVISÓRIO	8
11 REFERÊNCIAS INICIAIS	8

1 TEMA

O Projeto de Pesquisa é um roteiro para a elaboração de pesquisa em uma determinada área, que possibilita a produção do conhecimento e sua sistematização sobre o tema específico a ser abordando. O tema abordado constitui-se no objeto de estudo da pesquisa. A indicação do tema da pesquisa é o primeiro passo da elaboração do projeto.

Nesse item, o tema deve ser exposto de forma clara, apenas indicando o objeto a ser estudado. Ressalta-se que a escolha do tema deve ser sempre permeada por vários fatores que auxiliarão no desenvolvimento da proposta da pesquisa, dos quais se destacam:

- Vontade pessoal em desenvolver a pesquisa;
- Possibilidades de execução;
- Inovação / ineditismo;
- Estar de acordo com a área de concentração do curso.

Para a escolha do tema, entretanto, indica-se que o acadêmico deva ter o cuidado em escolher algo que não está por ser resolvido. O tema analisado quando estiver “frio”, ou seja, quando não estarão mais implicados fatores emocionais do próprio autor, será proveitosamente discutido, havendo um certo distanciamento, evitando que o mesmo envolva sua carga afetiva pessoal na resposta aos problemas suscitados durante a pesquisa.

2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Para realizar o trabalho de investigação científica o pesquisador deverá definir e explicitar o tema ou objeto de análise de forma clara e direta. A delimitação do foco da pesquisa implica em situar o tema espacial (delimitação geográfica) e temporalmente (período proposto para a pesquisa), de acordo com o contexto geral da sua área de trabalho, assim como deve apresentar, já nesse momento, uma indicação do problema que será discutido acerca do tema.

Deve-se ter consciência que esta delimitação será a base para tornar a pesquisa efetivamente viável. Assim, quanto mais circunscrita for a delimitação, apontando para um rumo precisamente delineado, maior a possibilidade da pesquisa desenvolver algo realmente novo, que interesse o leitor já à primeira vista.

Além disso, é preciso que fique claro que será em função do *problema* que deverão ser precisadas tanto o espaço quanto a temporalidade do tema. Tais elementos devem ser inerentes ao objeto, não devendo estar atrelado a limites governamentais-administrativos, que inevitavelmente, em função de um vício corporativo, poderá levar o Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política a abraçá-lo.

3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Definição do problema teórico e ou prático a ser resolvido a partir da elaboração da pesquisa. Faz parte desta definição a problematização do tema, podendo ser incluída a antecipação de uma hipótese(s) para a solução do problema proposto.

Como vimos, o problema central da pesquisa pode (e deve), já estar contido na delimitação temática, a fim de indicar o caminho pelo qual a pesquisa será guiada. Entretanto, nesse capítulo a parte, o autor do projeto tem a possibilidade de construir uma análise mais aprofundada acerca do problema, podendo apresentar suas variantes, determinantes e, por fim, construindo hipóteses.

4 HIPÓTESES

As hipóteses, depois do(s) problema(s), é a segunda etapa primordial do Projeto de Pesquisa, pois ela é um recurso de que se vale o pesquisador para tentar superar o impasse produzido pelo problema.

As hipóteses nada mais são do que *respostas possíveis ao problema formulado*, uma solução ao menos provisória para responder à inquietação suscitada pelo problema. Assim, a imaginação do pesquisador se antecipa à comprovação científica, ao conhecimento propriamente dito. Por isso, as hipóteses devem servir como um *fio condutor* que guiará o pensamento e a prática do pesquisador para encontrar as respostas para o problema de seu objeto.

É por meio das hipóteses que o pesquisador escolherá qual o caminho que deve seguir para alcançar as “suas respostas”. E esse caminho, nada mais é do que a Metodologia, que se verá a seguir.

5 OBJETIVOS

A apresentação dos objetivos varia em função da natureza do projeto. Nos objetivos da pesquisa cabe identificar claramente o problema e apresentar sua delimitação. Apresentam-se os objetivos de forma geral e específica.

O objetivo geral define o que o pesquisador pretende atingir com sua investigação.

Os objetivos específicos definem etapas do trabalho a serem realizadas para que se alcance o objetivo geral. Podem ser: exploratórios, descritivos e explicativos. Assim, deve-se sempre utilizar verbos no infinitivo para iniciar os objetivos:

- Exploratórios (conhecer, identificar, levantar, descobrir)
- Descritivos (caracterizar, descrever, traçar, determinar)
- Explicativos (analisar, avaliar, verificar, explicar)

Este é o único capítulo de todo o Projeto que deve aparecer na forma de tópicos, ao contrário dos demais que deverão ser apresentados em texto cursivo e problematizado. Assim, ele é geralmente curto, e não deve conter muitos objetivos, especialmente em Ciências Sociais ou Humanas, pois poderá desvirtuar a pesquisa para meandros que não se conseguirá alcançar.

6 JUSTIFICATIVA

Justificar consiste descrever e argumentar sobre as razões e motivações da escolha do tema em questão, apresentando, de forma clara e objetiva, a relevância teórica ou prática da pesquisa. Na justificativa tem de ficar claro por que a pesquisa é importante.

No caso de pesquisa de natureza científica ou acadêmica, a justificativa deve indicar, ainda:

- A relevância social do problema a ser investigado;
- As contribuições que a pesquisa pode trazer, no sentido de proporcionar respostas aos problemas propostos ou ampliar as formulações teóricas a esse respeito;
- O estágio de desenvolvimento dos conhecimentos referentes ao tema;
- A possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade proposta pelo tema.

Podem estar envolvidas na Justificativa as possibilidades que o projeto tem para ser desenvolvido levando-se em consideração a sua própria carga de experiências e níveis formativos, que auxiliem demonstrar que você é o pesquisador ideal para desenvolvê-la.

Como a Justificativa nada mais é que “convencer o outro”, é importante o pesquisador colocar-se na posição de alguém alheio à pesquisa para analisar os motivos pelos quais seria levado a ler tal estudo. Assim, é importante realizar também conexões do seu tema a outras pesquisas, bibliografias, descobertas recentes, em função de que a importância do tema a ser trabalho, cresce à medida que conseguimos ligá-lo ao mundo externo.

7 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Consiste em apresentar um resumo do que já foi escrito sobre o tema. Uma pesquisa não parte do zero, por isso o pesquisador deverá fazer uma pesquisa prévia sobre o que já foi escrito sobre o tema sobre o qual pretende estudar.

Mesmo que seja uma pesquisa de campo inédita, que avalia uma situação concreta desconhecida em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para que não haja duplicação de esforços.

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes.

- A literatura indicada deverá ser condizente com o problema em estudo.
- Citar literatura relevante e atual sobre o assunto a ser estudado.
- Apontar alguns dos autores que serão consultados.
- Demonstrar entendimento da literatura existente sobre o tema.
- As citações deverão ser feitas de acordo com as regras da ABNT.

8 METODOLOGIA

A metodologia remete diretamente à maneira de trabalhar o objeto da pesquisa. Remete à ação pela qual serão alcançados os resultados esperados ou previstos. Assim, trata-

se neste capítulo da forma pela qual serão pesquisados, filtrados e analisados os dados obtidos no decorrer da pesquisa.

As hipóteses serão fundamentais nesse momento porque indicarão ao pesquisador, ainda sem o conhecimento devidamente aprofundado sobre o tema, ávido por respostas, a selecionar os meios mais adequados para obter indicações e/ou conclusões acerca das suas indagações.

Numa pesquisa bibliográfica a metodologia consiste em descrever as fontes de pesquisa (as referências iniciais) e o processo de estudo, a proposta de seleção das leituras, isto é, porque alguns autores foram escolhidos e outros não.

A metodologia compreende ainda na indicação de como será feita a análise do material pesquisado ou do tipo de análise que será efetuada: seletiva, crítica ou reflexiva, descritiva, analítica etc.

Na pesquisa documental ou de campo é necessário ainda delimitação e descrição (se necessário) dos instrumentos e fontes escolhidos para a coleta de dados: entrevistas, formulários, questionários etc. A indicação do procedimento para a coleta de dados, que deverá acompanhar o tipo de pesquisa selecionado, isto é:

- a) para pesquisa experimental; indicar o procedimento de testagem;
- b) para a pesquisa descritiva: indicar o procedimento da observação: entrevista, questionário, análise documental, entre outros.

9 CRONOGRAMA

É necessário indicar o cronograma de realização do trabalho, o que dependerá do tempo disponível para a realização da pesquisa. A pesquisa deve ser dividida em partes, com previsão do tempo necessário para passar de uma fase a outra. Algumas partes que podem ser executadas simultaneamente enquanto outras dependem das fases anteriores. Assim, o cronograma visa distribuir o tempo total disponível para a realização da pesquisa, incluindo nesta divisão a elaboração do relatório final.

(Exemplo)

ETAPAS	4^a Sem/MAI O	1^a Sem/JUN	2^a Sem/JUN	3^a Sem/JUN	4^a Sem/JUN	5^a Sem/JUN
---------------	--	--	--	--	--	--

Levantamento bibliográfico	X					
Organização de questionários	X	X	X			
Aplicação de questionários		X	X			
Tabulação de dados		X	X			
Organização do roteiro				X		
Redação do trabalho				X		
Revisão e redação final					X	X

10 ROTEIRO PROVISÓRIO

Indicar os possíveis capítulos que deverão ser escritos. Em média, uma monografia tem cinco capítulos. Se possível tais capítulos devem ser subdivididos (conforme a necessidade), para que a discussão fique mais organizada, proporcionando, também, que o leitor tenha acesso mais rápido à informação que procura quando a redação do trabalho esteja pronta.

Entretanto, como vemos, o próprio nome do capítulo indica que este deva ser um roteiro PROVISÓRIO, o qual, munido pelas hipóteses, metodologia e revisão bibliográfica, deve ser construído de forma a lançar luz sobre o que será produzido.

11 REFERÊNCIAS INICIAIS

Consiste na indicação da bibliografia básica, isto é, de todo material coletado sobre o tema: livros, artigos, monografias, material da internet etc., utilizados para a elaboração do projeto. Pode incluir textos que não foram analisados no referencial teórico, mas que tenham sido citados como significativos para a análise do problema em questão.

As referências bibliográficas deverão ser feitas de acordo com as regras da ABNT. Na bibliografia final devem-se listar, em ordem alfabética por sobrenome dos autores, todas as fontes consultadas. Tais fontes, preferencialmente, devem ser divididas por tipologia, para facilitar ao leitor a localização do material utilizado, especialmente fontes arquivísticas e documentais.

Assim, é preferível que se encontrem as fontes bibliográficas agrupadas sob um título, as fontes documentais em outro, as fontes obtidas através de mídia eletrônica (internet, cd's, vídeos), em outra e assim por diante.

ANEXO 02 - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---/ano

Ao(s) dias do mês de de dois mil e reuniram-se, na da UNIPAMPA, Campus de São Borja, para apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que serve como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política. O referido trabalho de conclusão de Curso intitulado....., apresentado pelo graduando para a Banca Examinadora, composta pelos professores: e obteve a média final de Nada mais tendo a relatar, encerro e assino a presente Ata com os demais componentes da Banca.

Prof.(a)	(Orientador)
Prof. (a)	(banca)
Prof. (a)	(banca)

Observações: () Com recomendações () Sem recomendações

ANEXO 03 - DECLARAÇÃO DE ACEITE DO ORIENTADOR



Declaração de Aceite do Orientador

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do trabalho de conclusão de Curso – TCC do Curso de Ciências Sociais- Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus de São Borja, declaro que aceito orientar o(a) aluno (a) _____ no semestre letivo de: _____.

São Borja, _____ de _____ de _____.

Orientando

Professor Orientador

Coord. do Curso

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO DE TROCA DE ORIENTADOR



Declaração de Troca de Orientador

Eu, _____, aluno(a) orientando(a) do Professor(a) _____ venho requerer perante a comissão de curso a troca de orientador para meu trabalho de conclusão de Curso – TCC do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus de São Borja.

Motivos:

São Borja, _____ de _____ de _____.

Orientando

Professor Orientador

Coordenador do Curso

ANEXO 06 - PARECER

Parecer

Assunto: **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política** da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja.

1. Examina-se, a seguir, documento contendo o **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política** da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja, doravante intitulado **PPC**, datado de outubro de 2010 e constituído de 125 páginas, incluídos os anexos, e enviado por via eletrônica pela Professora Ângela Quintanilha Gomes, em 29 de outubro de 2010, às 15h e 38 min.
2. De plano, observa-se que a responsabilidade pelo documento assume formas institucionais amplas, haja vista que a enumeração das respeitáveis autoridades acadêmicas apresenta-se em paralelo à omissão da equipe que elaborou, em específico, o documento *sub examine*.
3. No que concerne aos aspectos formais, divide-se o **PPC do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política**, da UNIPAMPA, em 4 partes acrescidas de Anexos. São elas: a) Caracterização da UNIPAMPA – história, concepção e estrutura – incluindo-se considerações sobre a realidade regional e fundamentos legais (p. 5-12); b) Organização didática-pedagógica com seus aspectos históricos, informações gerais e organização curricular (p. 12-107); c) Recursos – corpo docente e infraestrutura (p. 107-109); d) Avaliação (p. 109-111); e, por fim, e) Anexos (p. 111-125).
4. Em uma visão panorâmica, o citado **PPC** não difere muito dos (poucos) demais cursos que apresentam essas características em nível nacional, seja na qualidade de sua organização, seja no corpo de dificuldades que comporta – fruto de um mercado de trabalho que ainda exige maiores definições. Admita-se, ademais, que os cursos de Ciências Sociais – aqui tomados em seu sentido *lato* – apresentam, não raro, os mesmos limites: excluídos os caminhos acadêmicos, remanescem as infrequências afeitas às demais (im)possibilidades mercadológicas.
5. Acrescente-se àquela quadratura de barreiras o fato de que outros profissionais – destituídos de algumas das especificidades técnicas do cientista social/cientista político para

algumas funções, reconheça-se – têm ocupado o(s) espaço(s) que seria(m) idealmente seus. Citam-se, exemplificativamente, os economistas, os publicitários e/ou jornalistas e os juristas.

6. Vislumbrado sob um plano mais pormenorizado, não parece haver arestas suficientemente gravosas entre as partes que compõem o **PPC** – e mesmo na sua lógica interna – para a configuração de sua eventual inaceitabilidade. Ao revés, há demonstrações suficientes de sincronia entre a “Concepção do Curso” – tomando-se os seus objetivos gerais ou específicos

– e as competências e habilidades lá requeridas. Na mesma senda, cotejadas a “Concepção do Curso”, a “Organização Curricular” – com as suas ACG’s, trabalhos de Conclusão e respectivas cargas horárias – e as Metodologias de Ensino (adicionando-se a Avaliação) estampadas na sua escritura, sobrevêm a coerência e a razoabilidade das proposições.

7. Em relação aos “Recursos” apresentados no **PPC**, dividem-se em “docentes” e “estruturais”: no respeitante aos primeiros, assinala-se que a economia de informações (p. 107) não permitiu maiores avaliações⁴; quanto aos segundos, compreensível a escassez da estrutura de um curso que conhece a sua alvorada em uma instituição em situação semelhante.

8. Por derradeiro, constam os “Anexos”: Modelos de Projeto de Pesquisa; Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso; Declaração de aceite do orientador; Declaração de cancelamento de orientação; Declaração de troca de orientador. Perfeitamente aceitáveis os seus termos.

9. Ante todo o exposto, pugna-se que o **PPC do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política**, da UNIPAMPA, apresenta condições suficientes, tanto nas particularidades de seus diversos pontos constitutivos quanto no seu conjunto, para merecer a chancela da UNIPAMPA.

Este é o Parecer.

Santa Maria, 10 de novembro de 2010.

Professor Dr. Reginaldo Teixeira Perez

Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Maria

⁴ Desnecessário recomendar que o Curso em comento – subsidiado pelo seu **PPC** –, para além dos detalhamentos exigidos pelas disciplinas propedêuticas, demanda profissionais com formação específica nas três grandes áreas das Ciências Sociais: sociólogos, antropólogos e, por óbvio, cientistas políticos.



ANEXO 7 – Avaliação do curso pelos Discentes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA

AVALIAÇÃO DO CURSO PELOS DISCENTES

I) Atribua a cada pergunta abaixo um peso de Zero (0) a Cinco (5), incluindo as médias 1, 2, 3 e 4 e considerando Zero a pontuação mínima (insuficiente) e 5 a pontuação máxima (excelente) para cada resposta.

1. Que avaliação você faz do Projeto Político Pedagógico do Curso: _____
2. Que avaliação você faz em relação à formação/titulação do corpo docente do Curso: _____
3. Que avaliação você faz em relação à estrutura, instalações, espaços e equipamentos de uso do Curso: _____
4. Que avaliação você faz em relação à didática dos professores que atuam no curso? _____
5. Como você avalia a atuação do atual coordenador do Curso _____
6. Como você avalia a Coordenação do curso desde que você entrou no curso? _____
7. Suas expectativas em relação ao curso estão sendo atendidas? _____

II . Responda de forma dissertativa o que se pede:

a) Na sua opinião quais são os cinco componentes curriculares fundamentais para formação do acadêmico:

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____
- 4- _____
- 5- _____

b) Qual conteúdo você considera que deveria ser melhor aprofundado, segundo suas necessidades ou defasagens? _____

c) O curso está tendo relação com o cotidiano na sua avaliação?

Justifique: _____

d) Como na sua opinião o Curso pode e deve manter contato com os alunos egressos? Você considera isso importante?

e) Indique três pontos positivos e três negativos em relação ao Curso:

- 1)
- 2)
- 3)
- 1)
- 2)
- 3)



ANEXO 8 – Avaliação do curso pelos Docentes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA

AVALIAÇÃO DO CURSO PELOS DOCENTES

I) Atribua a cada pergunta abaixo um peso de Zero (0) a Cinco (5), incluindo as médias 1, 2, 3 e 4 e considerando Zero a pontuação mínima (insuficiente) e 5 a pontuação máxima (excelente) para cada resposta.

1. Que avaliação você faz do Projeto Político Pedagógico do Curso: _____
2. Que avaliação você faz em relação à formação/titulação do corpo docente do Curso: _____
3. Que avaliação você faz em relação à estrutura, instalações, espaços e equipamentos de uso do Curso: _____
4. Que avaliação você faz em relação à SUA EVOLUÇÃO didática no curso? _____
5. Como você avalia a atuação do atual coordenador do Curso _____
6. Como você avalia a Coordenação do curso desde que você entrou no curso? _____
7. Suas expectativas em relação à UNIPAMPA estão sendo atendidas? _____

II . Responda de forma dissertativa o que se pede:

a) Quais os componentes curriculares em que já ministraste aulas no curso: 1- _____

2- _____

3- _____

4- _____

5- _____

b) Qual conteúdo você considera que deveria ser melhor aprofundado, segundo sua impressão acerca das necessidades ou defasagens encontradas no desempenho de seus alunos, em média? _____

c) As suas aulas, na sua opinião, estão tendo relação com o cotidiano do aluno?

Justifique: _____

d) Como, na sua opinião, o Curso pode e deve manter contato com os alunos egressos? Você considera isso importante?



e) Indique três pontos positivos e três negativos em relação ao

Curso: 1)

2)

3)

1)

2)

3)